



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

**O VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DA NSA A PARTIR DA TEORIA
ATOR-REDE**

Ana Paula Bortolanza Ruppenthal

Foz do Iguaçu
2022



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

**O VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DA NSA A PARTIR DA TEORIA
ATOR-REDE**

Ana Paula Bortolanza Ruppenthal

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais
ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Relações Internacionais da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Marcelino Teixeira Lisboa

Foz do Iguaçu
2022

ANA PAULA BORTOLANZA RUPPENTHAL

**O VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DA NSA A PARTIR DA TEORIA
ATOR-REDE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcelino Teixeira Lisboa
Orientador - UNILA

Prof^ª. Dr^ª. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA – Avaliadora Externa ao PPGRI

Prof^ª. Dr^ª. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA – Avaliadora do PPGRI

Foz do Iguaçu, 30 de junho de 2022

R946v

Ruppenthal, Ana Paula Bortolanza.

O vazamento de informações da NSA a partir da teoria ator-rede / Ana Paula Bortolanza Ruppenthal. - Foz do Iguaçu, 2022.

64 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ILAESP, PPGRI-UNILA.

Orientador: Marcelino Teixeira Lisboa.

1. Estados Unidos. National Security Agency. 2. Serviço de inteligência. 3. Teoria ator-rede. 4. Snowden, Edward J., 1983. I. Lisboa, Marcelino Teixeira. II. Título.

CDU 355.40(73)

RUPPENTHAL, Ana Paula Bortolanza. O vazamento de informações da NSA a partir da Teoria Ator-Rede. 2022. 66 páginas. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

Neste trabalho é feito um estudo de caso analisando o vazamento massivo de informações classificadas da agência central de inteligência dos Estados Unidos, a National Security Agency, feito em 2013 pelo ex-analista terceirizado Edward Snowden, a partir do referencial teórico fornecido pela abordagem da Teoria Ator-Rede. Para tanto, parte-se da seguinte pergunta: de que forma tecnologias de vigilância foram alvo do vazamento de dados da National Security Agency ocorrido em 2013? A hipótese desenvolvida é a de que o país buscou, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, expandir o máximo possível a estrutura de vigilância a fim de prevenir novos atos terroristas. Realiza-se um estudo de caso cujas principais fontes são bibliográficas, servindo de base para uma análise a partir do referencial teórico da Teoria Ator-Rede.

Palavras-chave: Estados Unidos, National Security Agency; Edward Snowden; vigilância.

RUPPENTHAL, Ana Paula Bortolanza. **The NSA information leak from the Actor-Network Theory**. 2022. 66 pages. Dissertation – Master Degree in International Relations – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

In this work, a case study will be made analyzing the massive leak of classified information from the central intelligence agency of the United States, the National Security Agency, carried out in 2013 by the former outsourced analyst Edward Snowden, from the theoretical framework provided by Actor-Network Theory. To do so, it starts with the following question: how were surveillance technologies targeted by the National Security Agency's data leak in 2013? The hypothesis developed is that the country sought, after the terrorist attacks of September 11, 2001, to expand the surveillance structure as much as possible in order to prevent new terrorist acts. The methodology adopted is a case study based on the theoretical framework of the Actor-Network Theory.

Keywords: United States, National Security Agency; Edward Snowden; surveillance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 TEORIA ATOR-REDE	12
1.1 TECNOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
1.2 A TEORIA ATOR-REDE.....	19
1.2.1 ORIGENS	19
1.2.2 ANT E SEUS CONCEITOS	24
2 A ADMINISTRAÇÃO OBAMA: A VIGILÂNCIA E O VAZAMENTO	30
2.1 SITUAÇÃO POLÍTICA	31
2.1.1 A ADMINISTRAÇÃO OBAMA.....	32
2.1.2 AS POLÍTICAS DE VIGILÂNCIA	34
2.2 A REDE GOVERNAMENTAL DE ATORES	40
2.2.1 ATORES HUMANOS E DINÂMICAS POLÍTICAS.....	40
2.2.2 TECNOLOGIAS.....	44
2.3 O VAZAMENTO.....	47
2.4 A FORMAÇÃO DA REDE DE ATORES DA ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA	51
2.4.1 POLÍTICAS PÓS 11/09/2001.....	51
2.4.1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	52
2.4.1.2 INTERPOSIÇÃO	53
2.4.1.3 INSCRIÇÃO	54
2.4.1.4 MOBILIZAÇÃO.....	56
2.4.2 A ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA E O COMBATE AO TERRORISMO	58
CONCLUSÃO	61
BIBLIOGRAFIA	63

INTRODUÇÃO

Neste trabalho é feito um estudo de caso analisando o vazamento massivo de informações classificadas da agência central de inteligência dos Estados Unidos, a National Security Agency, feito em 2013 pelo ex-analista terceirizado Edward Snowden, a partir do referencial teórico fornecido pela abordagem da Teoria Ator-Rede. Para tanto, parte-se da seguinte pergunta: de que forma tecnologias de vigilância foram alvo do vazamento de dados da National Security Agency ocorrido em 2013? A hipótese desenvolvida é a de que o país buscou, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, expandir o máximo possível a estrutura de vigilância a fim de prevenir novos atos terroristas.

Nas Relações Internacionais (RI), a maioria dos estudos que abordam questões de tecnologia o fazem a partir de paradigmas predominantes, como o realismo e o construtivismo, ou de abordagens mais recentes que se pautam em questões sociais, políticas e econômicas, não considerando as diferentes manifestações da tecnologia como fatores a serem considerado por si só na análise. A Teoria Ator-Rede, utilizada nesse trabalho, vai na contramão e propõe uma forma de fazer pesquisa empírica que pode se aplicar em diferentes campos, que faz uma análise relacional, isto é, por meio de associações, e que considera, na análise, elementos humanos e não humanos.

A maioria dos estudos que analisam o vazamento ocorrido em 2013 ou mesmo o contexto político dos Estados Unidos na época – como Fidler (2015), Ashbee e Dumbrell (2017), e Hammong e Aldrich (2014) – o fazem sem considerar questões de tecnologia, ainda que em muitos momentos esta tenha sido crucial no cenário político. Assim, ao partir da abordagem da Teoria Ator-Rede, é possível levar em conta, dentro do contexto político que levou ao vazamento, como programas de vigilância atuaram neste contexto.

Na época, o vazamento de mais de 1,7 milhões de documentos classificados de inteligência trouxe à tona, por meio da mídia, programas de vigilância mantidos pelos Estados Unidos, que coletavam informações de pessoas do mundo todo, inclusive de seus próprios cidadãos, sendo esse o foco da maior parte das notícias divulgadas na época. Não obstante, havia alta tecnologia envolvida em praticamente todo o material divulgado, não apenas sobre os mecanismos de coleta de e processamento de informações pessoais, mas também em mecanismos secundários divulgados sem tanta ênfase. Assim, a pesquisa é relevante para evidenciar de que forma esses programas atuaram no contexto político da época, não como

meras ferramentas governamentais, mas sim como proeminentes atuantes, cuja atuação ia além do domínio estatal.

Para realizar a pesquisa, opta-se por uma metodologia qualitativa, onde se realiza um estudo de caso partindo do aporte teórico da Teoria Ator-Rede. Segundo Barragan (2008) a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo seu interesse nos processos do que nos resultados, preferindo o contexto no qual ocorrem as experiências humanas, dando maior importância ao componente descritivo. Ademais, na pesquisa qualitativa é mais comum que se construa abstrações, conceitos, hipóteses e teorias.

O tipo de pesquisa a ser realizado é ao mesmo tempo exploratória e estratégica. Exploratória porque parte de uma hipótese e se aprofunda em seu estudo nos limites da realidade proposta, buscando antecedentes e maiores conhecimentos (TRIVIÑOS, 1987). Estratégica porque é uma pesquisa na qual o desenho, a delimitação e a conceitualização do problema a investigar-se partem da interrogação da realidade atual. Ela problematiza processos contemporâneos e busca a relevância e perspectivas novas para perceber fenômenos do contexto social, desenhando uma estratégia metodológica que permite indagar a fundo o problema (BARRAGÁN, 2008).

Opta-se por essas estratégias de pesquisa uma vez que se busca entender a realidade social, política e internacional de um evento ocorrido em 2013, com repercussão internacional e efeitos principalmente nos Estados Unidos, sem se ater às teorias convencionais propostas. De fato, o aporte teórico utilizado – a Teoria Ator-Rede – não fornece uma explicação definitiva ou resposta sobre a realidade e contexto histórico. Apenas fornece meios de indagar os aspectos dessa realidade. Ademais, a pesquisa busca entender o estado da realidade, sem intenção de dar uma resposta definitiva.

As referências utilizadas são referentes à Teoria Ator-Rede, a diferentes abordagens de RI, estudos sobre o tema em análise e outras pesquisas feitas sob a ótica da Teoria Ator-Rede. Ademais, considerando que o caso em análise foi amplamente divulgado pela mídia na época do seu acontecimento, e considerando também que os textos jornalísticos ainda se encontram disponíveis, fontes jornalísticas também serão utilizadas secundariamente.

Considerando o objeto da pesquisa e considerando que a pesquisa se baseia em fontes bibliográficas, os critérios de coleta de dados são os seguintes: a categoria das bibliografias – bibliografias que abordem perspectivas históricas, em um primeiro momento; textos acadêmicos descritivos da situação política e estrutura governamental, em um segundo momento; abordagens relacionadas à Teoria Ator-Rede, em um terceiro momento. Os critérios

também levam em conta a época em que retratam – dar-se-á ênfase naquelas que abordam o contexto político estadunidense imediatamente anterior ao vazamento e a sua repercussão, e fontes que abranjam períodos posteriores que tenham relação com o período central da análise.

Por fim, as fontes primárias serão as bibliografias que versem sobre a política estadunidense do período, independentemente da orientação teórica, que provenham do próprio país. Fontes secundárias serão as bibliografias de autores de outras nacionalidades e produzindo a partir de outros países, mas que versem sobre a política externa estadunidense do período. Fontes terciárias serão notícias jornalísticas e midiáticas do período que possam embasar fatos, documentos de acesso público e discursos oficiais.

Apesar de recorrer a uma abordagem que inclui na análise fatores não-humanos como a tecnologia, a pesquisa não se propõe a fazer análise sobre questões propriamente tecnológicas, senão que apenas considerar as tecnologias como atuantes dentro do contexto e dentro da rede de atores. Além disso, ainda que aborde o vazamento de informações de inteligência, a pesquisa não se propõe a analisar os documentos vazados em si, pois não tem como objeto questões específicas de inteligência.

A pesquisa está estruturada em dois capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a perspectiva teórica utilizada. No primeiro tópico é apresentado como diferentes perspectivas nas RI abordam questões de tecnologia. Em seguida, é apresentada a perspectiva teórica adotada, qual seja, a Teoria Ator-Rede, apresentando a origem da abordagem e seus conceitos centrais.

No segundo capítulo apresenta-se o contexto político em que ocorreram os vazamentos, a partir do conceito de situações políticas proposto por Andrew Barry. No primeiro tópico, são apresentadas as principais políticas da administração presidencial de Barack Obama, bem como as políticas de vigilância feitas no país desde 11 de setembro de 2001 para coibir atos de terrorismo. O segundo tópico apresenta a rede governamental enquanto rede de atores conforme a abordagem da Teoria Ator-Rede, apresentando, na primeira seção, atores e dinâmicas políticas, e na segunda, as tecnologias atuantes. Um terceiro tópico aborda de forma sucinta o contexto específico em que ocorreu o vazamento de informações classificadas de inteligência para a imprensa.

O quarto tópico faz a análise do caso retomando o conceito de tradução proposto pela Teoria Ator-Rede. Na primeira seção, tendo como marco as políticas de vigilância pós 11/09, é realizada uma análise nas quatro etapas da tradução: problematização, na primeira subseção, interposição, na segunda, seguida pela seção que aborda a inscrição e por fim a etapa de

mobilização na última subseção. Por fim, a segunda seção realiza alguns apontamentos sobre a análise.

1 TEORIA ATOR-REDE

O vazamento massivo de informações classificadas da National Security Agency ocorrido em 2013, apesar de sua gravidade e repercussão midiática, foi explorado nas RI mais em abordagens sobre legalidade e diplomacia. Loch Johnson (2021) enfatiza os abusos de poder na esfera da inteligência contra seus próprios cidadãos perpetrados pelos presidentes George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump. Peter Margulies (2017), a seu turno, apresenta uma discussão mais pautada na legalidade, apresentando as dificuldades que a administração Obama tinha para lidar com a estrutura de vigilância legada por Bush. Dave Weinstein (2014), a seu turno, expõe os danos potenciais que as revelações de Snowden trouxeram às capacidades cibernéticas dos Estados Unidos. Indo mais além, Jason Ross Arnold (2020) tem uma extensa obra analisando casos de vazamento de informações famoso como o de Snowden; mas a sua ênfase recai sobretudo em aspectos legais e éticos dos vazamentos.

Alguns autores, contudo, trouxeram ênfase nos diversos autores que permitiram que o vazamento ocorresse, como David Fidler (FIDLER, 2015), que explora a natureza e o significado dos vazamentos e os desafios por eles criados, explorando como as entidades governamentais reagiram e atuaram para os vazamentos. Alfred McCoy (MCCOY, 2014) evidencia a combinação de fatores que fez com que os programas em expansão da NSA para monitorar todo o mundo fossem atraentes para os líderes políticos dos Estados Unidos.

Sem embargo, muito pouca atenção foi dada às tecnologias que permitiram a vigilância dentro do seu contexto político e social. A Teoria Ator-Rede permite explorar esses aspectos relativos à tecnologia e vigilância.

Neste capítulo é apresentada a perspectiva teórica que norteia o estudo, a Teoria Ator-Rede, e suas perspectivas para os estudos em RI. O capítulo se estrutura da seguinte maneira. No primeiro tópico é feita uma revisão das diferentes abordagens da tecnologia nas RI, partindo de abordagens *mainstream* a abordagens contemporâneas. A partir da visão geral dessas perspectivas, no segundo tópico é apresentada a Teoria Ator-Rede (ANT), começando, na primeira seção, pelas suas origens na sociologia de Bruno Latour e nos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade até se encontrar com as RI e Ciências Humanas de forma geral, e, na segunda seção, apresentando ainda seus conceitos centrais e os conceitos relevantes para a presente pesquisa.

1.1 TECNOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A questão da tecnologia tem sido abordada de diferentes formas no campo das RI, ainda que, na maioria das vezes, seja vista de forma secundária e instrumental, uma ferramenta para os governos e para a lógica da política internacional. Matthias Leese e Marijn Hoijtink (2019) demonstram como o assunto foi tratado dentro dos grandes debates das RI.

Para esses autores, na perspectiva realista, tendo como exemplo os escritos de William F. Ogburn do período da Guerra Fria, a tecnologia é vista como uma variável de aumento de capacidades que fornece aos Estados uma vantagem de poder vis-à-vis outros Estados na arena internacional (LEESE e HOIJTINK, 2019). Assim, se para os realistas e neorrealistas o sistema internacional é caracterizado por uma estrutura anárquica que produz competição entre Estados-nações rivais, a tecnologia é vista principalmente como uma ferramenta que aumenta o poder do Estado, por exemplo, por meio de atualizações de equipamento militar. É de se notar que essa perspectiva dá especial ênfase no poder militar.

De pronto, é possível lançar uma crítica a essa visão. Não apenas é uma perspectiva que concede ênfase ao poder militar, como também, e principalmente, considera os Estados como atores essenciais (e únicos) da política internacional, pressupondo, nessa ótica, que os Estados deteriam pleno domínio das tecnologias, e que o desenvolvimento das tecnologias seria um reflexo puro e simples do poder estatal.

Além disso, a visão realista e neorrealista¹, surgida nos Estados Unidos, parte de uma visão de mundo essencialmente americanista, a partir das narrativas estadunidenses. Nessa toada, Leese e Hoijtink ainda enfatizam que dentro dos estudos em RI nos Estados Unidos surgiu a subdisciplina dos estudos estratégicos, à qual caberia a análise do componente tecnológico da política internacional:

In the realist paradigm, technology has the capacity to become a game changer within the international system and its study has been put center stage by many during the Cold War period. Against the backdrop of technological competition between the West and the East (...), the subdiscipline of Strategic Studies primarily evolved around the study of the influence of military technologies on power distribution within global politics. (...) Whereas the questions of the political structure of the international sphere were considered a task for traditional IR, the technological component of

¹ Essa perspectiva encontrou espaço na Europa, com algumas vertentes da escola inglesa e com autores franceses também considerando ao menos uma parte dos preceitos realistas. Além disso, a obra que promoveu o debate entre idealismo e realismo foi escrita por um inglês, Edward Carr, que se preocupava muito com o cenário europeu.

international security had to be (...) discussed by scholars of strategic studies focusing on the variable of military technology² (LEESE e HOIJTINK, 2019, p. 5).

Dessa forma, não apenas toda a perspectiva realista parte de uma narrativa americanista como também a própria análise da tecnologia entra na ótica americanista da Guerra Fria, ainda que a tecnologia não tenha sido por si só fator determinante para o fim do conflito.

Em seguida, apresentando o paradigma liberal, Leese e Hoijtink apontam que os acadêmicos liberais postulam que o sistema internacional passa por uma transformação contínua em uma estrutura global em rede, interconectada e interdependente que é decisivamente distinta dos pressupostos anárquicos da tradição realista. Em resumo, para a perspectiva liberal, a tecnologia interconecta o sistema internacional em escala global, onde a tecnologia é, conforme os autores ressaltam, apenas um entre muitos fatores que geram a interconexão entre vários atores. A perspectiva liberal, assim, tem alguma razão em seus pressupostos, pois de fato a tecnologia é elemento de uma sociedade internacional cada vez mais interconectada. Contudo, tal perspectiva falha ao dar excessiva ênfase ao aspecto econômico da política internacional, possivelmente considerando a tecnologia como mais um elemento de troca (LEESE e HOIJTINK, 2019).

Por fim, Leese e Hoijtink também apresentam a perspectiva construtivista, que considera a tecnologia como um produto social, somente podendo ser compreendida dentro de seu contexto social. Como o construtivismo entende que o mundo é feito por seres humanos, os estudiosos construtivistas das RI sugerem que os aspectos materiais dentro da política internacional são importantes, mas só tem significado em relação às normas e identidades sociais. Isso porque eles entendem que a política internacional se insere em uma estrutura essencialmente social, e que essa estrutura, por sua vez, influencia nas identidades dos atores globais. Assim, para Alexander Wendt, um dos principais expoentes dessa abordagem teórica, a estrutura social da política internacional é caracterizada por conhecimento compartilhado, recursos materiais e práticas, entendendo que as tecnologias apenas importam em conjunto com as camadas sociais em que se situam (LEESE e HOIJTINK, 2019).

² No paradigma realista, a tecnologia tem a capacidade de se tornar um divisor de águas dentro do sistema internacional e seu estudo foi colocado no centro das atenções por muitos durante o período da Guerra Fria. Contra o pano de fundo da competição tecnológica entre o Ocidente e o Oriente (...), a subdisciplina de Estudos Estratégicos evoluiu principalmente em torno do estudo da influência das tecnologias militares na distribuição de poder dentro da política global. (...) Enquanto as questões da estrutura política da esfera internacional eram consideradas uma tarefa para as RI tradicionais, o componente tecnológico da segurança internacional tinha que ser (...) discutido pelos estudiosos dos estudos estratégicos com foco na variável tecnologia.

Esses paradigmas *mainstream* mostram como a questão da tecnologia dentro das RI tem sido entendida predominantemente como uma variável externa, uma ferramenta que pode auxiliar nos processos políticos globais. Sem muito interesse em se entender como a tecnologia em si, é formulada e implementada, enfatizando-se apenas tecnologias já existentes (LEESE e HOIJTINK, 2019). Sem embargo, Mayer, Carpes e Knoblich (2014) apresentam outras abordagens da tecnologia e ciência dentro das RI.

A primeira abordagem que apresentam também é o construtivismo, que, como eles mesmos mencionam, “é talvez o ponto de entrada mais óbvio para as abordagens de RI” (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014, p. 19). Para os construtivistas, a noção de tecnopolítica³ desafia a ideia instrumentalista de que os atores sociais podem simplesmente atribuir “significado” a artefatos tecnológicos que, ao contrário, se transformam em poderosos portadores de identidade ou simplesmente expressam normas sociais. Recentemente, a onda de dispositivos de gravação, conteúdo online e dados de comunicação relacionados à Internet complica significativamente os processos de significação, percepções e a fixação de significado intersubjetivo. Além disso, a tecnopolítica implica que as práticas científicas, comunidades epistêmicas e projetos técnicos não são apenas fenômenos objetivos e neutros, mas profundamente entrelaçados com a estrutura do poder.

Embora gerações de estudiosos de RI tenham lidado com o papel do conhecimento científico para a política internacional, é uma literatura inspirada na “virada da prática” em RI, que fala mais imediatamente às questões centrais levantadas nos estudos construtivistas de tecnologia e ciência, onde o conhecimento objetivo e padrões técnicos estão enredados em tradições culturais, visões ideológicas e parcialmente produtos de lutas políticas (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014). Citam os autores que:

Objective knowledge and technical standards are enmeshed in cultural traditions, ideological views and partly products of political struggles as MacKenzie’s famous study on nuclear missile guidance (1993) and Susan Greenhalgh’s analysis of China’s one-child policy (2008) stress. In the same vein, Sheila Jasanoff’s work reinforces symmetrical understandings. Suggesting the idiom of co-production, she “calls attention to the social dimensions of cognitive commitments and understandings, while at the same time underscoring the epistemic and materials correlates of social formations” (Jasanoff 2004a: 3). Christian Reus-Smit’s (1996) critical analysis of technological and economic progress as the modern “state purpose”, functioning as master narrative of International Society, could open up a symmetrical-constructivist perspective on global order. Similarly, the constitution of markets for novel

³ Tecnopolítica é a ideia de política feita por meios tecnológicos e informacionais, sendo indissociável do contexto social, que se opõe ao instrumentalismo próprio dos paradigmas clássicos das Relações Internacionais, que veem a tecnologia e a ciência apenas como instrumentos da política (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014).

technologies such as nanotechnologies also depends on a fragile, yet powerful co-production of technical expertise on risks, hegemonic practices and public controversies. In this sense, even oceans are subject to enormous construction efforts and, hence, historically evolving hybrids (Steinberg 2001). (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014, p. 19)⁴.

O “giro à prática” é uma tendência de se analisar realidades e contextos sociais em sua prática, distanciando-se das discussões teóricas e conceituais convencionais. Está presente em tendências teóricas que convergem dentro das RI, como os novos materialismos⁵ (COOLE e FROST, 2010) e o pós-humanismo⁶, dada sua ênfase na tecnologia e ciência. Mayer, Carpes e Knoblich (2014) observam o giro à prática dentro do próprio construtivismo, principalmente a partir dos exemplos que mencionam, que enfatizam mais processos técnicos e tecnológicos do que meramente humanos. O ponto de conexão entre os novos materialismos, pós-humanismo e construtivismo surge a partir da crítica dos primeiros a este último.

Outra abordagem é o que Mayer, Carpes e Knoblich chamam de abordagem relacional (*assemblage approaches*). As abordagens relacionais enfatizam a complexidade, transformando infraestruturas globais, redes e, muitas vezes, conjuntos sociotécnicos sobrepostos em objetos primários de investigação. Nessas abordagens, os observadores não distinguem a priori entre “social” e “material” (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014). Sem embargo, as teorias relacionais apontam diferentes maneiras como as infraestruturas e as inscrições materiais podem exercer o poder. Este grupo de abordagens conceituais se traduz em abordagens de RI que não apenas enfatizam “coisas”, mas também destacam a variedade de agências não humanas sem se tornarem deterministas (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014).

⁴ O conhecimento objetivo e os padrões técnicos estão enredados em tradições culturais, visões ideológicas e, em parte, produtos de lutas políticas, como enfatizam o famoso estudo de MacKenzie sobre orientação de mísseis nucleares (1993) e a análise de Susan Greenhalgh sobre a política do filho único da China (2008). Na mesma linha, o trabalho de Sheila Jasanoff reforça entendimentos simétricos. Sugerindo o idioma da coprodução, ela chama a atenção para as dimensões sociais dos compromissos e entendimentos cognitivos, ao mesmo tempo em que ressalta os correlatos epistêmicos e materiais das formações sociais. A análise crítica de Christian Reus-Smit (1996) do progresso tecnológico e econômico como o moderno “propósito do Estado”, funcionando como narrativa mestra da Sociedade Internacional, poderia abrir uma perspectiva simétrica-construtivista sobre a ordem global. Da mesma forma, a constituição de mercados para novas tecnologias como as nanotecnologias também depende de uma frágil, mas poderosa coprodução de conhecimentos técnicos sobre riscos, práticas hegemônicas e controvérsias públicas. Nesse sentido, mesmo os oceanos estão sujeitos a enormes esforços de construção e, portanto, híbridos em evolução histórica (Steinberg 2001).

⁵ Os novos materialismos propõem uma abordagem que retoma a atenção a aspectos materiais da vida humana, superando a separação convencional entre social e material (FOX e ALLDRED, 2017).

⁶ Pós-humanismo é uma perspectiva eminentemente filosófica que propõe uma superação à tradição filosófica do humanismo, reconhecendo a agência em forças dinâmicas na qual o ser humano participa, mas não controla completamente (KEELING e LEHMAN, 2018).

Dentro das abordagens relacionais estão as “quatro vozes” centrais que Diana Coole e Samanta Frost (2010) elencam nos novos materialismos: Gilles Deleuze e Félix Guattari, Karen Barad, Rosi Braidotti e Bruno Latour.

Deleuze e Guattari emergiram como teóricos inicialmente nas Artes, na Educação e Geografia, dando ênfase em uma ontologia mais trabalhada, uma que fornece uma microfísica detalhada da produção social que é receptiva a tarefas tanto de análise social e cultural quanto de política radical. Baseando-se na exegese da filosofia 'monista' de Spinoza - que rejeita qualquer noção do transcendente, ou de dualismo entre base e superestrutura ou superfície e profundidade, o materialismo deleuzo-guattariano considera os corpos humanos e todas as outras entidades materiais, sociais e abstratas como relacionais, sem status ou integridade diferente daquela produzida por meio de seu relacionamento com outros corpos, coisas e ideias igualmente contingentes e efêmeras (FOX e ALLDRED, 2017).

Karen Barad traz uma inesperada contribuição da mecânica quântica para a observação do mundo cotidiano, defendendo uma visão do mundo que é sempre física e socioculturalmente contextual e que, portanto, deve levar em conta o papel que observadores e pesquisadores desempenham em sua produção (FOX e ALLDRED, 2017). Rosi Braidotti, por sua vez, oferece uma crítica profunda e penetrante do antropocentrismo, a perspectiva humanística e pós-iluminista que considera o homem (com ênfase no gênero masculino), como o centro da preocupação e medida de todas as coisas. Seu trabalho se baseia em perspectivas feministas e materialistas corporificadas como as de Donna Haraway, Gilles Deleuze e Michel Foucault, com seu interesse específico recaindo na materialidade do corpo vivido e vivo, no desenvolvimento de uma teoria nômade e pós-humana do corpo e da subjetividade (FOX e ALLDRED, 2017).

Bruno Latour, reintroduzindo a noção de associações na sociologia com a Teoria Ator-Rede, além de trazer reflexões sobre ciência e tecnologia, se destaca pela sua ênfase na análise de fatores não-humanos em questões sociais dentro do que ele chamou dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (“Science, Technology and Society studies”, no original, ou simplesmente STS), um campo interdisciplinar. Considerando que a contribuição de Latour e a Teoria Ator-Rede compõe a perspectiva adotada nesta pesquisa, essa abordagem será analisada com mais especificidade nos próximos tópicos.

Existem, por fim, outras três abordagens da tecnologia nas RI: abordagens críticas e subalternas, abordagens de poder baseado em tecnologia e a abordagem que conceitua a tecnopolítica dentro da Economia Política Internacional.

As abordagens crítica e subalterna enfatizam as dimensões científicas e tecnológicas dos principais temas de RI, como segurança, guerra, anarquia e capitalismo; por exemplo, o vínculo íntimo entre as prioridades estratégicas da Guerra Fria e a transferência de *know-how* científico e técnico na agricultura para os países em desenvolvimento. Os estudos críticos das reconfigurações capitalistas da investigação científica e do progresso centram-se na tradução e valorização do conhecimento e dos corpos humanos nos mercados biomédicos globais. Abordagens liberais críticas à tecnologia de drones examinam a conexão entre a guerra assimétrica e as instituições democráticas. Além disso, os estudos críticos convergem com abordagens construtivistas para decifrar e desafiar as maneiras pelas quais a tecnologia e a ciência são transformadas e mal utilizadas como ideologia a serviço de poderosas elites comerciais, políticas ou militares (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014).

As abordagens ao poder baseado na tecnologia aumentam a diversidade e os paradoxos das mudanças, influência e controle do poder tecnopolítico. Explorações de tempo e velocidade como dimensões de poder e governança também mostram os meandros das realidades metropolitanas e transnacionais que as tecnologias ajudam a gerar. Nem mesmo as tecnologias militares podem ser simplesmente reduzidas às suas funções instrumentais. O desenho técnico empregado pelos governos não se presta necessariamente aos objetivos táticos ou estratégicos pretendidos. A difusão de dependências de caminhos em várias camadas e consequências não intencionais de sistemas tecnológicos requerem, se é que exigem, um entendimento altamente sofisticado de “causalidade”. As conceituações, por sua vez, precisam capturar diferenças mais sutis do que uma ampla correlação entre os principais sistemas de armas e conjuntos específicos de práticas de segurança. Numerosos veículos - de tecnologias específicas à filosofia da ciência - são, de maneiras diferentes, altamente significativos para o exercício do poder (estatal) (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014).

Existe, por fim, a abordagem que considera a tecnopolítica dentro da Economia Política Internacional. Com uma tendência marxista, essa vertente considera que a tecnologia e a infraestrutura funcionam tanto como ferramentas de exploração capitalista como também como geradoras de libertação e fortalecimento das massas. Dentro dela se encontram perspectivas analíticas como a abordagem de destruição criativa e exclusão digital que capturam a amplificação das assimetrias tecnopolíticas em um mundo globalizado. Além disso, as indústrias culturais transnacionais, as artes, o design e os mundos virtuais como os videogames incorporam novas práticas e instituições político-técnicas que sustentam (e surgem da) comercialização de imaginações de valores, identidade e guerra. Outro tema importante é a

dinâmica contingente dos processos de inovação e seu impacto na formulação e no sucesso das políticas industriais e de inovação. Os sistemas nacionais de inovação devem operar dentro de um sistema basicamente global. O estabelecimento de padrões, monopólios tecnológicos, barreiras comerciais e dinâmicas de migração exercem enorme influência na recuperação das economias emergentes (MAYER, CARPES e KNOBLICH, 2014).

As abordagens clássicas e contemporâneas da ciência e tecnologia aqui apresentados são os que tem maior repercussão nas RI, não sendo taxativas e não esgotando o assunto nas RI. O que é interessante notar, contudo, é que das abordagens mais recentes, todas parecem convergir para a descentralização do Estado nas análises (ou para a sua análise em ótica crítica), para abordagens voltadas à prática e considerando outros fatores e entidades, notavelmente a tecnologia em si. Embora possam dialogar com paradigmas clássicos, as abordagens recentes são respostas às demandas de um mundo altamente imiscuído em tecnologias e processos informacionais computacionais, que moldam, relacionalmente, as sociedades em que se encontram.

1.2 A TEORIA ATOR-REDE

Considerando que a maioria das abordagens da tecnologia nas RI não se atenta às peculiaridades que a envolvem, concentrando-se, em vez disso, nos processos políticos e sociais em seu entorno, a perspectiva aqui adotada segue um caminho diferente e considera as diferentes formas de tecnologias e dispositivos (bem como outros elementos não-humanos) dentro da análise: a Teoria Ator-Rede.

Assim, a proposta deste tópico é introduzir a abordagem trazida pela Teoria Ator-Rede. A primeira seção apresenta as origens e evolução da abordagem, inclusive diálogos com as RI. A segunda seção apresenta os conceitos centrais da perspectiva, e os mais relevantes para a presente pesquisa.

1.2.1 ORIGENS

Surgindo originalmente nos estudos sociológicos e interdisciplinares em Ciência, Tecnologia e Sociedade (STS), a Teoria Ator-Rede é identificada por sua abordagem relacional que confere agência a atores humanos e não humanos, principalmente no que concerne à ciência e tecnologia, considerados como parte de uma rede interdependente.

Em sua obra “Reagregando o Social”, Bruno Latour (2005), que foi um dos pioneiros da Teoria Ator-Rede, ao questionar a funcionalidade da Sociologia convencional no estudo das associações, lembra que o acrônimo em inglês de Actor-Network Theory forma a palavra *ant* (formiga) e traduz muito bem a proposta de quem faz uma pesquisa minuciosa e migalhada, exploratória e que encontra, no meio do caminho, outras formigas. Para Latour, cumpre “seguir os atuantes” – o que é um slogan da ANT – tentando compreender suas inovações a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou e como as associações se formaram e se desfizeram (LATOUR, 2005).

Bruno Latour reintroduz na Sociologia o conceito de associações, originalmente desenvolvida por Gabriel Tarde em oposição à ideia de organicismo social de Émile Durkheim, aprimorando o conceito com a noção de ator ou atuante, onde algo ou alguém atua dentro das redes. O debate entre Tarde e Durkheim marcou os paradigmas das Ciências Sociais na França do final do século XIX, tendo repercussão por toda a academia ocidental⁷. Por um lado, Gabriel Tarde defendia que a sociedade era formada por redes e associações; por outro lado, Durkheim defendia que a sociedade era condicionada por forças sociais, numa visão positivista que predominou por muito tempo (CONSOLIM, 2010). Latour, ao retomar ideia de redes e associações, considera que as redes são formadas e moldadas pelos próprios atores, internos e externos; não são exteriores a eles e não configuram estruturas e sistemas, como consideram muitos autores de inspiração durkheimiana.

A ideia de Latour e dos outros formuladores da ANT não era criar uma teoria prévia ao objeto de estudo, com conceitos pré-determinados, mas sim prover uma posição empírica que estaria primariamente preocupada com questões empíricas (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Ela visa facilitar a pesquisa empírica ao mesmo tempo que se desenvolve através dela.

Com frequência atribuída apenas a Bruno Latour, a Teoria Ator-Rede é oriunda de um empreendimento coletivo, onde se destacam também John Law, Anne Marie Mol, Michel Callon, entre outros. A ANT tem estado na vanguarda da conceituação de novos dilemas além das divisões convencionais entre natureza e cultura, o técnico e o social; na ANT, processos e relações são profundos e literalmente estendem o mundo, também desfazendo modos escalares de conceber o social como uma articulação dialética de agência e estrutura, o local e o global, o grande e o pequeno (FARIAS, BLOK e ROBERTS, 2020).

⁷ O debate entre Gabriel Tarde e Émile Durkheim não foi direto e aberto, mas realizou-se indiretamente, através de citações esparsas que posteriormente foram compiladas por Bruno Latour e outros autores (VIANA VARGAS, LATOUR, *et al.*, 2014).

Embora seja reconhecida como uma teoria da prática, dada a sua influência, em termos metodológicos, da etno-metodologia e seu interesse inicial em atividades práticas (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018), a ANT não foi necessariamente recebida como uma abordagem teórica prática nas RI. Isso se deve, principalmente, pela reticência de seus teóricos em englobar aspectos práticos no campo e pelo vocabulário exótico da ANT, que tende a obscurecer as ligações óbvias com outras abordagens de práticas e sua participação na família da teoria da prática. Mas a ANT leva a teoria da prática mais longe: ela se concentra no estudo das associações e relações pelas quais o mundo é montado e se torna ordenado, enfatiza a contingência e fluidez, inventa novos termos e conceitos e visa uma posição totalmente simétrica entre o social e o material (BUEGER e GADINGER, 2018).

A primeira geração de estudos na Teoria Ator-Rede consistia em estudos de laboratórios científicos ou de invenções tecnológicas, pois foi movida pelo interesse dos estudiosos na atividade dos cientistas, gerando estudos etno-metodológicos das práticas acadêmicas em laboratórios. Tais estudos mostraram que tipo de infraestrutura social e material é necessária para estabilizar fatos e outras entidades, e como é possível que eles se dispersem para além do laboratório. Esses primeiros estudos foram descritos por Latour como tentativas de visitar os "canteiros de obras" nos quais a inovação, os novos conhecimentos e as novas entidades foram fabricados (BUEGER e GADINGER, 2018).

Um exemplo de análise segundo a ANT é o estudo da expansão marítima do Império português no século XV, de John Law (1987). Nesse estudo, o autor demonstra como a tecnologia de navegação foi desenvolvida aos poucos por uma série de fatores, dentro dos quais o elemento humano era apenas um dos componentes. Para navegar em torno do continente africano e chegar na Índia superando as limitações materiais e forças do oceano, três tipos de inovações foram necessárias: primeiro, os navios tiveram que ser redesenhados para resistir às intempéries; segundo, foi necessário se inventar técnicas de navegação baseadas no compasso magnético para permitir aos navegadores manter seu curso na ausência de visão do céu e da costa; e em terceiro lugar, foi necessária a invenção de um novo método de navegação – a vela circular – que permitiu aos portugueses enfrentar e fazer uso eficaz dos fortes ventos e correntes marítimas.

Em uma primeira vista, a análise de John Law pode parecer uma narrativa de como os portugueses se sobressaíram em circunstâncias adversas. Mas na verdade, ele narra como as condições que permitiram a expansão portuguesa no período estiveram muito além do domínio dos portugueses. O primeiro e mais óbvio aspecto foi a obstrução à livre navegação no mar

Mediterrâneo, que levou os portugueses à necessidade de encontrar outro caminho. Foram, com o tempo, obrigados a adaptar suas embarcações e técnicas de navegação, conforme iam explorando um oceano diverso. Entretanto, um dos fatores que os permitiu contornar toda a costa africana, principalmente quando desenvolveram e dominaram o uso de embarcações a vela, foram as correntes oceânicas que por si só circulavam ao redor do continente, em diferentes direções ao longo do ano.

Obviamente, a análise é mais complexa e detalhada, até porque Law busca incorporar ao longo do estudo conceitos incipientes da ANT. O que chama atenção, contudo, é sua praticidade: o autor mostra a construção das tecnologias não apenas dentro do contexto social e histórico, considerando que suas principais fontes foram textos históricos secundários, mas também e principalmente a partir de contextos materiais e externos à sociedade portuguesa que moldaram seu comportamento e adaptação.

Parte da expansão da ANT a partir da década de 1990 consistiu em ampliar consideravelmente o foco empírico. Os estudos foram além da ciência e começaram a abordar diferentes tipos de organizações e tecnologias, práticas de saúde, mercados financeiros e legislações, tendo como objeto também entidades políticas. A aproximação em tais domínios trouxe preocupações. Ao longo da década de 2010, a ANT ganhou considerável força nas RI, com estudos abordando diferentes fenômenos, que vão desde organizações internacionais a aeroportos, Estados falidos e mudanças climáticas (BUEGER e GADINGER, 2018).

Nas RI, a Teoria Ator-Rede inicialmente se tornou influente por sua utilidade em repensar o papel da ciência na política internacional. Christian Bueger e Jan Stockbruegger (2018) apontam que ideias tecnocratas oriundas do século XVIII, que argumentavam que as RI deveriam ficar nas mãos de cientistas em vez de diplomatas, influenciaram o que viria a ser conhecido nas RI como funcionalismo, predominante nos períodos entre guerras e no pós-Segunda Guerra Mundial. O funcionalismo se preocupava com os papéis que os cientistas performam no processo de governo. O conceito predominante era o de comunidade epistêmica, que teve como objetivo identificar cientistas como atores (externos) que influenciam a governança nacional e global.

O papel das comunidades epistêmicas foi discutido principalmente por meio de questões de governança ambiental, uma esfera da política global onde a ciência e a tecnologia são particularmente visíveis. A ANT foi introduzida neste debate como uma alternativa ao conceito de comunidade epistêmica. Contudo, a ANT não se limitou a questões envolvendo ciência e RI, pois também moldou discussões no subcampo da Economia Política Internacional, uma vez que

se voltou para o papel da prática política cotidiana em sustentar ou desafiar as redes econômicas globais.

Em particular, os estudos críticos de segurança se preocuparam com a ANT para estudar a tecnologia de vigilância, novos tipos de guerra ou para repensar a política nuclear. Aqui, o interesse pela ANT é estimulado pela tentativa de repensar a "materialidade" (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Nessa perspectiva, Bueger e Stockbruegger dão exemplos de estudos, dentre os quais alguns se destacam.

O primeiro é o estudo de William Walters (2002) sobre o papel dos documentos na integração europeia, onde o autor destaca o lado material de se fazer política internacional. No contexto dos anos 2000⁸, a luta global contra o terrorismo, liderada pelos Estados Unidos, estimulou o interesse de estudiosos de segurança pelo papel da tecnologia como parte das redes de segurança internacionais. Assim, destacam-se também estudos dos aeroportos como espaços de segurança específicos que hospedam tecnologias inspirando-se na ANT, bem como outros caminhos de investigação que se concentram na tecnologia de guerras e armas (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

Dentro das RI e, de forma geral, dentro das Ciências Sociais como um todo, a Teoria Ator-Rede identifica-se com um "giro à prática", uma tendência geral de estudo da prática nas ciências humanas (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Com efeito, uma das inovações que a ANT traz para o estudo da política internacional é a preocupação com o lugar de elementos não-humanos na vida política e os efeitos das práticas relacionais entre humanos e não humanos (LATOUR, 2005). Ademais, a abordagem da ANT chama atenção para ligações entre práticas situadas e locais de produção de conhecimento e seus efeitos mais amplos, ou para como determinadas reivindicações de conhecimentos ou verdades ganham conteúdo e importância política (LEESE e HOIJTINK, 2019).

Contudo, a referência de um "giro à prática" não é recorrente, até porque a ANT é um modelo de análise que se aplica a vários campos das Ciências Humanas. O oposto ocorre com o "giro à materialidade".

Isso evidencia ainda mais que a ANT não deve ser entendida como uma teoria no sentido convencional. Ela é "principalmente 'um kit de ferramentas para contar histórias interessantes'

⁸ Bueger e Stockbruegger não falam especificamente sobre a década de 2000, mas a década condiz com as datas dos estudos utilizados por eles como exemplos. É também o período em que os teóricos da ANT demonstram maior interesse por questões de tecnologia, bem como, obviamente, é o período em que os Estados Unidos encabeçam uma guerra contra o terrorismo.

sobre relacionalidade e como alguém pode interferir nessas relações" (BUEGER e GADINGER, 2018), configurando um conglomerado amplo de estudos empíricos. Retomando a noção de paradigma científico desenvolvido por Thomas Kuhn, o texto de Ignacio Farías, Anders Blok e Celia Roberts (2020) propõe que a Teoria Ator-Rede não é nem uma teoria nem um método, mas sim uma perspectiva central, um repositório aberto de termos e textos, conceitos e relatos, encenando e testando modos de sintonização com a vida social das coisas, com o que os atuantes e atores podem ser e como as coisas e atores coexistem, se chocam e se associam. A ANT, assim, poderia ser entendida como um repositório de paradigmas que moldam as práticas intelectuais de toda a comunidade de estudiosos.

A maneira mais fácil de compreender o que a ANT envolve é entender seus conceitos centrais.

1.2.2 ANT E SEUS CONCEITOS

Inicialmente, a ANT utiliza-se de alguns conceitos construtivistas, como **agência** e **ator**, ainda que sob um diferente enfoque. Mas, seguindo sua proposta de ser uma rede de associações conceituais, os conceitos utilizados pela ANT foram desenvolvidos para facilitar a investigação empírica, evitando fazer suposições a priori sobre o mundo e as entidades que nele existem. Os conceitos da ANT, assim, são ferramentas de pesquisa flexíveis que facilitam a pesquisa, chamando atenção para problemas e desafios empíricos sem sugerir como resolvê-los (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Para a ANT, agência é a capacidade de transformação e mudança, e ator é algo ou alguém que possui agência, isto é, que possui capacidade de transformação (COOLE, 2005).

Um dos principais conceitos é o que dá título à proposta: **rede de atores**. A ideia básica da ANT é que o mundo inteiro consiste em redes e que toda organização, processo ou prática pode ser descrito em termos de rede. Explorar como as redes evoluem, como as associações são estabilizadas e como as conexões se dissolvem é a principal tarefa e propósito de uma investigação da ANT. Além disso, o ator precisa ser considerado como integrante de uma rede que consiste em muitos outros atores. Ator e rede sempre vêm juntos. Um ator pode ser desmontado e seus componentes podem ser desmontados e remontados. A agência é distribuída dentro de uma rede ou coletivo. Quem ou o que atua é sempre um problema empírico que só pode ser determinado investigando a rede por meio da qual um efeito está sendo produzido (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

Em oposição ao ator, há ainda o **atuante**, que designa algo que não tem agência, ou seja, não tem capacidade de transformação, ainda que possa adquirir por meio da rede de atores. Portanto, um atuante não pode agir por conta própria. A agência é realizada por meio de redes e em associação com outros atuantes (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Uma rede dá uma forma atuante e a transforma em um ator concreto. Qualquer coisa que modifique um estado de coisas fazendo diferença é um ator - ou, se ainda não tiver uma configuração, um atuante.

Um conceito essencial à ANT é o conceito de **mediador**. Mediadores são tecnologias que não funcionam como objetos passivos e que não simplesmente passam algum efeito de um atuante para outro. Em vez disso, eles transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que deveriam conter. O conceito de mediadores, portanto, permite investigações sobre como as tecnologias moldam as práticas e os efeitos que ajudam a produzir (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

Outro conceito explorado pela Teoria Ator-Rede é o conceito de **caixa-preta**. Uma caixa preta é uma combinação de atuantes - como um dispositivo, sistema ou tecnologia - cujo funcionamento interno fica oculto e não importa mais para quem o usa e a forma como é usado. Ela transforma um objeto ou tecnologia complexa, como uma porta, em uma ferramenta simples que pode ser usada na prática. E, apesar de sua complexidade interna, pode ser tratada como uma única unidade. Se a caixa preta não produzir os efeitos desejados, ela é reaberta e tudo o que estava nela oculto se torna visível novamente (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

O conceito de **tradução** descreve a qualidade de relações e associações, capturando as formas em que redes híbridas são formadas. Ele tenta captar como atuantes diferentes que nunca atuaram antes se tornam conectados e começam a se comportar como parte de uma rede. Em resumo, o conceito de tradução é sobre as relações. Tradução é o processo 'durante o qual a identidade dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas' (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

A partir da obra de Michel Callon (1984), Idongesit Williams (2020, p. 55)⁹ elenca quatro etapas da tradução. Essas quatro etapas não são adotadas por todos os estudiosos da ANT, ou, se o são, nem sempre estão associadas ao conceito de tradução. Contudo, as referidas etapas permitem desvelar a tradução e a formação das redes de atores de maneira mais sistemática.

⁹ Embora as quatro etapas tenham sido inicialmente apresentadas por Callon, são elencadas de forma mais objetiva por Williams. Além disso, Williams também aponta que Callon não foi o único a observar esses quatro estágios da tradução (WILLIAMS, 2020)

A primeira etapa é a **problematização**, conduzida por um atuante focal, único ou coletivo. Esse atuante identifica o problema, sua solução e os atuantes relevantes necessários para resolver o problema. Nessa fase, o atuante focal cria um *Ponto de Passagem Obrigatória* (PPO), que define o programa de ação e as relações que precisam ser estabelecidas entre os atuantes. O PPO forma a base para qual o atuante focal negocia com outro atuante para recrutá-los para a rede de atores (WILLIAMS, 2020).

A segunda fase é de **interposição**¹⁰, onde o atuante primário negocia com o atuante necessário para fazê-lo aceitar os papéis que lhe são atribuídos no PPO. Mike Michaels (2017) propõe que “o termo ‘*interessement*’ captura aquelas práticas que um ator emprega para impor e estabilizar uma identidade particular sobre outros atores, uma vez que essa identidade tenha sido problematizada” (2017). Uma vez que os atores se interessaram e se envolveram com a problematização, são levantadas questões sobre as identidades e interesses dos atores (MICHAELS, 2017)

A terceira fase é a de **inscrição**¹¹, que captura o resultado de um processo de tradução bem-sucedido, descrevendo uma relação estável entre dois atores (heterogêneos) em que seus papéis são claramente definidos, seus comportamentos estão em sintonia e seus padrões de interação são bem estabelecidos (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018). Se o estágio de interposição não for bem-sucedido, o processo de formação da rede de atores para ou entra em colapso (WILLIAMS, 2020). O conceito de inscrição é particularmente útil para pensar como as tecnologias se tornaram parte das práticas cotidianas e como elas dominam a maneira como as coisas são feitas. O conceito de inscrição também se refere a uma relação de poder em que um ator domina o comportamento de outro (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

No entanto, as inscrições também funcionam ao contrário. O sucesso de uma inscrição depende da atuação dos atores e de sua capacidade de executar o roteiro de ação que lhes é imposto. Portanto, as inscrições precisam ser entendidas como relações de poder que vão nos dois sentidos. O poder do ator dominante é limitado e depende, pelo menos em algum grau, do ator dominado e se ele aceita e é capaz de executar o *script* que lhe é imposto. A resistência é uma opção, o poder e a dominação são frágeis e as inscrições podem falhar. O conceito de

¹⁰ O termo utilizado originalmente é *interessement*, cuja tradução mais aproximada seria “interesse”. Contudo, Callon expressamente define essa fase como momento de interposição. “To be interested is to be in between (interesse), to be interposed” (CALLON, 1984).

¹¹ Callon (1984) e Williams (2020) usam o termo *enrolment*, enquanto Bueger e Stockbruegger (2018) utilizam o termo *inscription*. Os termos são sinônimos e a definição do conceito é a mesma, sendo que a única diferença é que Bueger e Stockbruegger não elencam o conceito como terceira etapa da tradução.

inscrição permite explorar empiricamente as relações de poder entre os atores e a tensão entre dominação, resistência e cooperação em uma rede heterogênea (BUEGER e STOCKBRUEGGER, 2018).

A última etapa é a fase de **mobilização**. Neste estágio, os atuantes representativos emergem como porta-vozes das caixas pretas na rede de atores. Os atuantes representativos podem ser mais de um. Assim, a fase de mobilização implica em uma inscrição bem-sucedida. O atuante humano focal não tem papel neste momento, mas outros atuantes humanos que fazem parte da rede têm um papel aqui (WILLIAMS, 2020). Para Benjamin Kwolfie, Emmanuel Tetteh e Cephass Coffie (2020) a mobilização envolve ações do ator principal visando garantir que todos os atores tenham interlocutores legítimos que os representem nos diversos agrupamentos. Isso também garante que as traições dos vários grupos sejam evitadas em acordos coletivos. A mobilização envolve a manutenção de um compromisso com uma causa de ação e o OPP. Esta fase investiga se os atores delegados na rede representam adequadamente a coletividade (KWOLFIE, TETTEH e COFFIE, 2020).

É necessário, ainda, buscar o conceito de **porta-voz**. Conforme Latour, porta-voz é um ator que “fala pela existência do grupo” (LATOURE, 2005). Latour define os porta-vozes não em suas ponderações sobre a Teoria Ator-Rede em específico, mas sim na definição de “traços” para identificar a formação de grupos sociais. Isso pode levar a entender que apenas atores com agência humana poderiam ser porta-vozes, sendo uma exceção na ANT. Contudo, Callon pondera que mesmo redes de atores não humanos tem porta-vozes, uma vez que, não sendo possível que a rede inteira represente a si mesma o tempo todo, sempre tem algum ou alguns indivíduos que se sobressaem. Ele exemplifica mostrando, em sua pesquisa sobre a relação entre cientistas e pescadores no processo de domesticação de vieiras na baía de Saint Brieuç, se sobressaem alguns atores que representam o grupo dos cientistas e dos pescadores, da mesma forma como algumas vieiras, que aderem à rede de coleta, se sobressaem às outras e as representam, tornando-se porta-vozes delas (CALLON, 1984). O porta-voz pode ser relacionado com o que Idongesit Williams define como atuante focal na fase de problematização, embora nem sempre possa ser identificado. Além disso, conforme Callon frisa, para que haja um porta-voz, basta que um ator se sobressaia e “fale” ou represente os demais, não sendo necessário, para tanto, a utilização de uma linguagem articulada (CALLON, 1984).

O último conceito a ser utilizado não foi criado originalmente na Teoria Ator-Rede pelos seus formuladores iniciais, mas proposto posteriormente para a utilização da ANT

especificamente para o campo das RI. Trata-se do conceito de **situações políticas**, proposto por Andrew Barry (2013). Em uma breve crítica sobre a dificuldade em se aplicar os conceitos da ANT – e dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade em geral – às RI, Barry aponta que a principal dificuldade reside em adaptar uma forma de pesquisa empírica pensada originalmente para estudos de laboratórios à complexidade do sistema internacional. Assim, o conceito de situações políticas vem para facilitar a aplicação da ANT nas RI.

Situações políticas são o ponto de encontro de diversas correntes e movimentos, ideias e práticas, crenças e desejos, que se aglutinam em contextos particulares ou ao longo do tempo. Elas não são meramente construções discursivas; são montagens que incluem artefatos materiais e tecnologias, como, por exemplo, dispositivos de monitoramento e infraestruturas de informação e energia. Se baseiam em formas materiais bem como em ideias, paixões e interesses aos quais essas formas se associam. Ademais, as situações políticas tendem a ser incertas, ambíguas e contestadas. São animadas por antagonismos e especulações, bem como por disputas racionais sobre questões de fato. Por isso, não se deve esperar que haja uma análise definitiva de qual é a situação política; todos os que nela estão envolvidos provavelmente conformarão sua identidade. Situações políticas são desdobráveis e múltiplas (BARRY, 2013).

Esses conceitos desenvolvidos pela Teoria Ator-Rede são utilizados, na prática, para desenvolver narrativas empíricas. Não fornecem respostas, apenas ajudam a compreender as relações em rede. Ademais, existe uma ampla gama de outros conceitos formulados em pesquisas que utilizam a ANT que não foram utilizados aqui, pois se adaptam às realidades pesquisadas. Aqui, os conceitos foram escolhidos atendendo às peculiaridades da pesquisa – que envolve a formação redes de atores, atuantes humanos e não humanos, tecnologias e caixas pretas.

Quadro 1:

	Conceito	Definição
1	Agência	Capacidade de transformação e mudança
2	Ator	Algo ou alguém que possui agência
3	Atuante	Algo que não tem agência, mas pode adquirir por meio da rede de atores
4	Rede de atores	Coletivo de atores e atuantes heterogêneos que possuem capacidade de agência conjuntamente, considerados em rede

5	Caixa preta	Combinação de atuantes cujo funcionamento interno fica oculto. Pode ser tratado como uma unidade.
6	Mediador	Tecnologias que transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que deveriam conter.
7	Tradução	Processo durante o qual a identidade dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas. Se divide em quatro etapas:
8	Problematização	Identifica o problema, sua solução e os atuantes relevantes necessários para resolver o problema. Criação de um Ponto de Passagem Obrigatória (PPO).
8 a	Interposição	Atuante primário negocia com o atuante necessário para fazê-lo aceitar os papéis que lhe são atribuídos.
8 b	Inscrição	Descreve uma relação estável entre atores heterogêneos, em que seus papéis são definidos, seus comportamentos estão em sintonia e seus padrões de interação estão estabelecidos.
8 c	Mobilização	Atuantes emergem como porta-vozes nas redes de atores.
8 d	Porta-voz	Ator que fala pela existência do grupo.
9	Situações políticas	Ponto de encontro de diversas correntes e movimentos, ideias e práticas, crenças e desejos, que se aglutinam em contextos particulares ou ao longo do tempo. Se baseiam em formas materiais bem como em ideias, paixões e interesses aos quais essas formas se associam. Tendem a ser incertas.

Após essa exposição dos conceitos realizada nesse capítulo, é possível adentrar ao objeto da pesquisa seguindo os atuantes, tarefa que passa a ser realizada no capítulo a seguir.

2 A ADMINISTRAÇÃO OBAMA: A VIGILÂNCIA E O VAZAMENTO

Nesse capítulo passa-se a abordar o objeto dessa pesquisa, o vazamento de informações classificadas da agência central de inteligência dos Estados Unidos, a National Security Agency, ocorrido em 2013 com envolvimento do ex-analista terceirizado Edward Snowden. Antes de seguir a recomendação de Latour (2005) em “seguir os atuantes”, isto é, investigar a formação da rede de atores a partir dos passos dos atores e atuantes que se evidenciam, neste capítulo, atendo-me às peculiaridades da pesquisa, retomo o conceito de situações políticas proposto por Andrew Barry (2013), a fim de entender o contexto social e político nos quais os vazamentos das informações ocorreram.

Apesar de propor o conceito, Andrew Barry, assim como a maioria dos autores da ANT, não estabelece um método para se reconhecer uma situação política. É necessário, assim, defini-la com base nas peculiaridades da pesquisa.

O vazamento ocorreu em 2013, primeiro ano do segundo mandato do presidente Barack Obama (2013-2017), gerando grande repercussão midiática e questionamentos ao governo por causa da vigilância secreta feita contra os cidadãos, dos Estados Unidos e de outras partes do mundo, sem consentimento. Um governo, de qualquer esfera que seja, não é composto por uma pessoa só, senão que por um coletivo de atores. Assim, para entender a situação política que envolveu o vazamento de dados da NSA, delimito-a ao contexto político do mandato presidencial, ainda que algumas questões, como os programas de vigilância, fossem anteriores ao mandato da administração Obama, além de evidenciar os atuantes centrais do governo. Ademais, como uma das principais motivações alegadas para a vigilância foi a política de combate ao terrorismo instigada pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, as políticas da administração enfatizadas serão aquelas relacionadas com a chamada “Guerra ao Terror”.

A NSA foi criada em 1952 durante a administração Truman, e, durante a maior parte da Guerra Fria, seu foco foi coletar informações sobre a União Soviética, embora não fosse seu único alvo. Desde sua formação, a agência gerenciou e dirigiu todas as atividades de coleta e processamento da Inteligência de Sinais do governo dos EUA, sendo também responsável por supervisionar a segurança dos sistemas de comunicação e processamento de dados do governo dos EUA, e desde meados da década de 1980 a NSA também gerencia a Segurança de Operações do governo dos EUA (AID, 2001). Com o fim da Guerra Fria as suas finalidades foram revistas, sobretudo após o fracasso em antever os atentados terroristas de 11 de setembro

de 2001. O foco da agência passou a ser, desta forma, a vigilância focada no combate ao terrorismo (OMBRES, 2015).

O capítulo está estruturado da seguinte forma. No primeiro tópico, é apresentada a situação política da época dos vazamentos, onde se apresentam, na primeira seção, as principais políticas da administração Obama enfatizadas em questões de segurança e combate ao terrorismo, e na segunda seção, são apresentadas as políticas de vigilância que surgiram desde 11 de setembro de 2001. No segundo tópico, são apresentados os atores mais proeminentes da rede governamental: os atores humanos e dinâmicas políticas em que estavam inseridos, na primeira seção, e as tecnologias de vigilância, na segunda seção. O terceiro tópico apresenta o contexto específico em que ocorreu a divulgação, traçando a trajetória de Edward Snowden e a ênfase dada pelas mídias. O quarto tópico analisa como ocorreu a formação da estrutura de vigilância a partir do conceito de tradução (CALLON, 1984), estipulando algumas considerações a partir da análise.

2.1 SITUAÇÃO POLÍTICA

O sistema político dos Estados Unidos é em muitos aspectos semelhante ao sistema brasileiro: segue uma Constituição escrita como lei fundamental, que estipula direitos e liberdades civis – embora a Constituição estadunidense seja muito mais sucinta –, se baseia no federalismo, ou seja, na divisão administrativa em estados, que contam com autonomia política muito maior em comparação ao Brasil (da mesma forma que os municípios), e determina a separação do poder estatal em três esferas: Legislativa, Judiciária e Executiva, que tem poderes para fiscalizar uns aos outros (KERNELL, JACOBSON, *et al.*, 2021).

O país se distingue pelos seus sistemas eleitorais, que são gerenciados por cada um dos estados, mesmo em eleições presidenciais, e pela existência de dois partidos em oposição – o partido Republicano e o partido Democrata, cuja lógica de oposição vigora principalmente em épocas eleitorais, existindo eleições primárias, que são eleições dentro de cada partido para definir os candidatos, e nas Casas Legislativas estaduais e federais, quando a maioria de um ou outro partido determina a força que terão no desempenho político (ENGSTROM, 2004).

Apresentado esse contexto geral, o objetivo dessa seção é apresentar a situação política do período em que ocorreram os vazamentos, ressaltando as principais questões políticas envolvidas e as políticas de vigilância que estavam em vigência em 2013. Na primeira seção, será feita uma breve retomada de alguns aspectos centrais da administração de Barack Obama

durante os seus dois mandatos, entre 2009 e 2017. Na segunda seção, são apresentadas as principais políticas de vigilância criadas desde 2001, seus marcos legais e algumas das principais estruturas criadas.

2.1.1 A ADMINISTRAÇÃO OBAMA

Os oito anos de governo de Obama (2009-2017) representaram mudanças e continuidades em relação ao governo anterior de Bush (2001-2009). Contudo, aspectos concernentes à política doméstica social e econômica não serão explorados. Em vez disso, dou maior ênfase à política externa voltada ao Oriente Médio, que ocorreu, em grande parte, sob sigilo e que teve como motivação principal a Guerra ao Terror em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Quando foi eleito, esperava-se que Barack Obama representasse uma grande mudança na política estadunidense, seja pelo fato de ser o primeiro presidente negro na história do país (ASHBEE e DUMBRELL, 2017), seja por ter um discurso contrário às contínuas guerras no Oriente Médio que haviam marcado o governo de seu antecessor (SURI, 2018). De fato, enquanto George W. Bush se pautava pela intervenção militar direta e unilateral estadunidense, Obama enfatizou uma atuação multilateral pautada pela cooperação e pela segurança coletiva. O presidente não descartou o conflito militar, pois o terrorismo ainda era um problema a ser enfrentado; preferiu, em vez de atuação militar direta, uma força direcionada e limitada, com propósitos claros (SURI, 2018).

Assim, Obama procurou “domar” a guerra com legalidade e sempre que possível acabar com conflitos militares estadunidenses, especialmente no Oriente Médio. Havia grande preocupação com os custos das operações militares e com a recessão doméstica. Sem embargo, Obama reduziu tropas e campanhas militares fazendo muito pouco para efetiva mudança de regime. Embora tenha reduzido custos, a administração recorreu a assassinatos seletivos de suspeitos de terrorismo por meio de drones, bem como recorreu à atuação de órgãos de inteligência para investigar simpatizantes e apoiadores de terroristas, sem o devido processo legal (SURI, 2018).

A doutrina de guerra aumentou o alcance direto da força presidencial às custas das instituições tradicionais, especialmente o Congresso. A administração Obama recorreu a ações judiciais sigilosas para justificar sua atuação, em vez de recorrer ao público ou ao Congresso. Embora o presidente tenha buscado aconselhamento de líderes militares e de agências civis,

ainda assim criou para si poderes de decisão sobre a vida e morte de cidadãos no exterior, incompatíveis com os princípios democráticos (SURI, 2018).

Não obstante, na defesa de um sistema global mais legalista, Obama começou proibindo a tortura, retirando as forças estadunidenses do Iraque e prometendo fechar a prisão de Guantánamo – o que não conseguiu devido a oposição do Congresso (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014). Para o presidente Obama, a diplomacia deveria ser a alternativa à guerra. Com sua secretária de Estado Hilary Clinton e secretário de defesa Robert Gates, Obama buscou aproximar-se de Rússia e China, seus mais proeminentes adversários, e no Oriente Médio, Iraque e Irã (SURI, 2018).

Apesar da insistência em recorrer a meios diplomáticos, houve um aumento rápido nos assassinatos seletivos de terroristas por meio de uma mistura de ataques aéreos de drones e de operações das forças especiais americanas – nos quais se inclui a operação em 2011 que executou o terrorista Osama bin Laden (SURI, 2018).

De modo geral, Obama evitou a guerra a todo custo e tentou melhorar as relações pela diplomacia e negociação. Apesar de suas promessas de campanha, o presidente teve uma política externa no Oriente Médio muito parecida com a de George W. Bush, com a diferença de que Obama buscou institucionalizar e legalizar as práticas de contenção ao terrorismo, além de banir o uso da tortura e fechar prisões ilegais (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014). Essa moderação nas práticas de contraterrorismo, contudo, já era uma tendência que Bush vinha aderindo no final de seu mandato, aos quais Obama só deu continuidade (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014).

Assim, Obama continuou a guerra ao terror, mas esforçou-se para que ela fosse menos letal para as tropas americanas. Sua administração não apenas ordenou mais ataques de drones, em comparação com Bush, como também buscou defender sua legalidade, mesmo quando envolvia execuções a cidadãos americanos suspeitos de terrorismo (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014). Enquanto os programas de assassinatos foram elogiados pela sua eficácia em executar terroristas (ou simpatizantes) com um custo mínimo, o programa de vigilância teve outra repercussão (OMSTED, 2018).

Quando candidato, Obama havia criticado os programas de vigilância de Bush – mas votou, quando senador, pela legalização de tais programas. No final das contas, Obama simplesmente deu continuidade aos referidos programas. Ademais, em suas campanhas, Obama afirmara que protegeria quem expusesse abusos do governo e fraudes – mas na prática, seu

governo aumentou o número de processos contra denunciadores, entre eles Chelsea Manning e Edward Snowden (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014).

2.1.2 AS POLÍTICAS DE VIGILÂNCIA

Os Estados Unidos têm um vasto histórico de programas e estratégias de vigilância. É notável, sem embargo, que após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os líderes políticos do país tenham intensificado massivamente a vigilância em esforços de conter e prevenir ações terroristas, ainda que pudesse comprometer a liberdade civil de pessoas sem envolvimento com terrorismo – a ponto de ter sido a principal razão que Edward Snowden levantara quando decidira levar a público documentos de inteligência confidenciais. Embora existam antecedentes históricos de programas de vigilância desde a Guerra Fria (MONAHAN, 2012), neste tópico será feita uma revisão de como os tomadores de decisões dos Estados Unidos conduziram as estratégias de vigilância a partir de setembro de 2001 até 2013, quando as revelações ocorreram.

Uma das primeiras medidas adotadas pelos representantes americanos ocorreu no seio do Congresso, 45 dias após os ataques de 11 de setembro de 2001, com a promulgação do USA Patriotic Act. Essa lei expandiu a capacidade de o governo realizar escutas móveis, rastreando ligações telefônicas sem mandado, monitorar e-mails e registros comerciais, ter maior autoridade sobre imigrantes não documentados, além de outras disposições que restringiam a liberdade civil de cidadãos comuns. A Seção 215, em particular, deu ao governo amplo poder para solicitar a empresas de telecomunicação e internet registros relacionados qualquer suspeito de terrorismo ou de atividades relacionadas (MONAHAN, 2012).

Outra mudança radical trazida pelo USA Patriotic Act foi a introdução da possibilidade de coleta de informações eletrônicas sobre os cidadãos, através de mecanismos especificados em lei, como intimações a provedores de serviços de internet, registros de empresas de cabo e registros bancários e educacionais. Embora houvesse disposições que definiam como tais informações deveriam ser exploradas, nada protegia a população residente nos Estados Unidos desse formato de vigilância (MONAHAN, 2012).

Na esteira do USA Patriot Act, o governo criou um Departamento de Segurança Interna (Department of Homeland Security – DHS) em 2002, que anteriormente era o Escritório de Segurança Interna da Casa Branca até a aprovação da Lei de Segurança Interna pelo Congresso em novembro de 2002 (DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, 2022). Esse novo

departamento incorporou 22 agências diferentes, muitas das quais pouco tinham a ver com a prestação de segurança, e as uniu na missão de proteger o país contra o terrorismo. Dentro do DHS e de suas subdivisões, várias medidas e mecanismos de prevenção ao terrorismo foram implantadas, como a Transportation Security Administration (TSA), que reunia um esforço para prevenir futuros atos de terrorismo por aviões ou aeroportos, implantando uma série de sistemas de triagem, como a triagem de bagagem com raios X, scanners de corpo inteiro, monitoramento comportamental e as chamadas buscas aleatórias. Nos bastidores, sistemas de vigilância de dados de contraterrorismo foram implantados gradualmente, como listas de exclusão aérea, que era uma triagem antecipada muito criticada por formar um perfil étnico dos suspeitos (MONAHAN, 2012).

O Departamento de Segurança Interna também fundou organizações de contraterrorismo que operam nos níveis local, distrital (vilas ou aldeias), estadual e regional. Essas organizações, conhecidas como “centros de fusão”, se engajam em uma forma abstrata de vigilância: reunindo dados de diferentes fontes públicas e privadas para ajudar nas investigações sobre indivíduos, realizar avaliações de ameaças de eventos, identificar padrões de atividade criminosa ou terrorista e, em conjunto com os centros de operações de emergência, coordenam as respostas a desastres. Em 2010, havia 72 centros oficiais de fusão nos EUA e uma infinidade de organizações semelhantes realizando “análise de informações”, incluindo o que parecem ser versões do setor privado dessas entidades que contratam escritórios estaduais e federais do DHS. A maioria dos centros de fusão estão alojados em departamentos de polícia locais ou estaduais e variam de empresas de grande porte a operações menores. Eles são formados por policiais, FBI, DHS e outros analistas que constantemente compartilham informações com representantes de outros centros de fusão e com agências federais (MONAHAN, 2012).

Em alguns aspectos, a rede de centros de fusão é uma versão descentralizada do programa “Total Information Awareness” (TIA) do Departamento de Defesa¹². Enquanto o TIA pretendia se envolver em vigilância pública em massa sem mandados para identificar potenciais terroristas por meio de mineração de dados para correspondências de padrões, os centros de fusão supostamente estão realizando uma vigilância mais focada em ameaças conhecidas ou suspeitas. Na prática, no entanto, os centros de fusão estiveram envolvidos na espionagem de

¹² Monahan menciona que o TIA foi extinto; contudo, a estrutura do TIA foi reaproveitada posteriormente pela NSA (LEE, 2021)

manifestantes pacíficos anti-guerra, interrogando indivíduos sem jurisdição adequada e compilando avaliações de ameaças, incentivando o perfil racial. Com base em “relatórios de atividades suspeitas” e outros documentos, os analistas desses centros constroem perfis de indivíduos ameaçadores e separam essas pessoas para monitoramento adicional ou intervenção preventiva. Essa modalidade de prevenção ao crime, conhecida como “policciamento liderado por inteligência”, aparentemente incentiva a injeção de preconceitos culturais no trabalho de inteligência policial e abre oportunidades para abuso (MONAHAN, 2012).

Os centros de fusão se conectam a outros sistemas avançados de vigilância, podendo controlar câmeras urbanas de circuito fechado de televisão (CFTV) em tempo real em cidades como Chicago. Alguns desses sistemas de CFTV são equipados com funções de vigilância algorítmica e sistemas de áudio, permitindo que câmeras “inteligentes” identifiquem automaticamente comportamentos suspeitos, como pessoas reunidas em uma esquina, ou assinaturas de som exclusivas, como tiros. Como os veículos aéreos não tripulados (UAVs) – ou drones – são implantados para fins de policiamento doméstico, os centros de fusão também podem acessar dados desses dispositivos, algo que ocorreu em Las Vegas e provavelmente em outras cidades também (MONAHAN, 2012).

Além disso, os centros de fusão contribuem para a reestruturação geral da empresa de segurança nacional por meio de parcerias, terceirização ou privilégio das necessidades do setor privado. Para começar, os centros de fusão compram dados de agregadores de dados do setor privado, que são empresas que detêm bilhões de registros sobre americanos, incluindo informações de crédito, preferências do consumidor, perfis demográficos e políticos e muitos outros pontos de dados, alguns dos quais seriam ilegais para agentes do governo recolherem por conta própria. Em seguida, os centros de fusão trabalham para proteger a “infraestrutura crítica”, seja ela de propriedade pública ou privada – serviços públicos, pontes, hotéis, universidades e edifícios podem contar como infraestrutura crítica. Para promover esse objetivo, os centros de fusão coletam informações dessas entidades privadas e compartilham informações com elas (MONAHAN, 2012).

Por fim, os centros de fusão empregam analistas do setor privado e convidam representantes de grandes corporações para juntarem-se a eles no local, ao mesmo tempo em que membros do público ou representantes de grupos da sociedade civil são bloqueados. Tudo isso é motivo de preocupação porque os contratados privados têm significativamente menos responsabilidade e menos restrições de proteção de dados do que os funcionários do governo e,

mais fundamentalmente, esses arranjos obscurecem o fato de que os interesses da indústria não se equiparam às necessidades da sociedade (MONAHAN, 2012).

Em 2011, já na administração Obama, o presidente assinou o Patriot Sunsets Extension Act de 2011, estendendo por mais 4 anos os aspectos do USA Patriot Act que deveriam expirar. Foi apenas com o vazamento de documentos do governo em 2013 que todo o peso dessas iniciativas de vigilância começou a ficar claro na mente do público, pressionando Obama a iniciar algumas medidas de reforma (SYMES, 2021).

Um dos programas mais substanciais divulgados sob os vazamentos de Snowden foi o PRISM. Instituído entre 2007 e 2008 como substituto do controverso Programa de Vigilância Terrorista, o PRISM – sob os auspícios do Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA) de 2008 – poderia exigir dados de comunicações de internet de empresas privadas, a maioria dos quais acabou vindo do Google, Yahoo e Microsoft. Graças à Lei de Emendas da FISA de 2008, essas empresas receberam imunidade retroativa (o que significa que não poderiam ser processadas por participar da vigilância da era Bush) com a condição de que cooperassem com o governo dos EUA na coleta de informações. Embora este programa não colete dados telefônicos ou informações baseadas em palavras-chave ou nomes, os esforços da PRISM para coletar os e-mails, chamadas do Skype, mensagens instantâneas, transferências de arquivos e detalhes de mídia social de “seletores direcionados”, também acumulou uma riqueza de informações sobre os americanos sem conexão clara com qualquer má conduta. Além disso, uma vez coletados, tanto os dados quanto os metadados podem ser acessados pelo FBI, CIA e NSA, o que significa que, ao longo do tempo, grande parte da comunidade de inteligência dos EUA obteve acesso a uma quantidade quase incompreensível de informações privadas (SYMES, 2021).

Além da coleta bruta de dados de inteligência, a NSA coletou milhões de listas de contatos de mensagens, pesquisou conteúdo de e-mail, rastreou e mapeou dados de localização de telefones celulares e minou tentativas de criptografia local. Usava cookies para pegar carona nas ferramentas de anunciantes online a fim de identificar alvos e aumentar os recursos de vigilância, acessava os data centers do Yahoo e da Microsoft para coletar informações de usuários de uma população mundial, espionava aqueles que usavam o serviço Xbox Live ou jogavam Second Life e World of Warcraft – chegando ao ponto de recrutar alguns dos usuários desses jogos e plataformas para serem informantes da NSA. A NSA manteve arquivados dados sobre assuntos íntimos e pessoais daqueles que considerava muçulmanos “radicais” (que tinham

opiniões políticas desconfortáveis, mas não eram suspeitos de nenhum crime), esperando usar essas informações contra eles no futuro (SYMES, 2021).

Outras divulgações revelaram as práticas de vigilância estrangeira de longo alcance da NSA. Sob um programa chamado Pérola Negra, a NSA mirou a Petrobras (a maior empresa do Brasil), a UNICEF, o comissário europeu e o primeiro-ministro israelense, juntamente com alvos na França, Grã-Bretanha, Alemanha, México, Espanha e China. Os aliados dos Estados Unidos nessa lista ficaram compreensivelmente alarmados com o fato de os EUA violarem a soberania nacional de maneira tão sistemática. No total, talvez 122 líderes e funcionários de alto escalão foram alvos da NSA (SYMES, 2021).

Snowden também divulgou informações sobre as atividades da NSA com as agências de inteligência de outros países, incluindo Austrália, Canadá, Alemanha, Israel, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia e Reino Unido. Essas divulgações vieram em duas formas básicas. Muitos documentos vazados da NSA indicavam que o governo dos EUA os havia compartilhado entre os chamados “Cinco Olhos” (Five Eyes), que são as agências de inteligência dos Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido. A colaboração entre os Cinco Olhos se originou após a Segunda Guerra Mundial, mas, como mostram numerosos documentos divulgados por Snowden, a relação continua ativa e importante para as agências de inteligência de cada governo (FIDLER, 2015).

Os vazamentos também incluíam documentos expondo a colaboração entre a NSA e as agências de inteligência de governos estrangeiros. Às vezes, esses documentos revelavam informações sobre o trabalho da NSA com os países da Five Eyes, principalmente Austrália, Canadá e Reino Unido, bem como com as agências de inteligência da Alemanha e outros governos além dos Cinco Olhos. Por meio desses documentos, foi possível perceber que o alcance e a influência da NSA iam além de suas próprias atividades e afetavam as práticas de inteligência de outros governos. Com base em documentos de Snowden e em suas próprias reportagens, o periódico alemão Der Spiegel observou que, entre a NSA e a agência de inteligência alemã (o Bundesnachrichtendienst (BND)), “a troca de dados, ferramentas de espionagem e know-how é muito mais intensa do que se pensava anteriormente. Isso levantou preocupações entre os especialistas jurídicos alemães de que “o BND está potencialmente violando a constituição alemã ao trabalhar com dados recebidos da NSA” (FIDLER, 2015).

Também foi revelada uma quantidade significativa de informações sobre as atividades do órgão de inteligência de sinais do Reino Unido, a Government Communications Headquarters (GCHQ). Essas informações incluíam documentos expondo não apenas a estreita

relação entre a NSA e o GCHQ, mas também algumas das atividades de vigilância do próprio GCHQ. Snowden forneceu ao Guardian documentos sobre o projeto TEMPORA do GCHQ, sob o qual o GCHQ obteve acesso a fluxos massivos de comunicações telefônicas e de Internet por meio de cabos de fibra óptica (FIDLER, 2015).

Por fim, as revelações de Snowden evidenciaram todas as capacidades tecnológicas que a NSA tinha na época ou estava desenvolvendo. Esses recursos incluíam coleta de metadados on-line, armazenamento de grandes quantidades de metadados, mineração de dados, rastreamento de telefones celulares, quebra de comunicações criptografadas, vigilância de smartphones, mapeamento de redes sociais de alvos, superação de ferramentas de anonimato on-line, coleta de listas de contatos de serviços de Internet, aquisição de dispositivos móveis estrangeiros dados de localização do telefone, hackear computadores não conectados à Internet, coleta em massa de mensagens de texto estrangeiras e implantação de malware nos computadores dos alvos de vigilância. Esses recursos revelam que a NSA desenvolvia ferramentas para gerenciar, explorar e manipular dados e comunicações digitais, esforços que refletem o quanto as tecnologias digitais e a Internet transformaram as formas como indivíduos e instituições se comunicam local, nacional e globalmente (FIDLER, 2015).

Essa constelação invasiva de mecanismos de vigilância apresenta escassa supervisão. Embora formalmente seja necessário obter um mandado para os pedidos de vigilância por telefone, o procedimento é sigiloso e poucos mandados são negados. O Congresso recebe relatórios sigilosos sobre esses procedimentos, mas o público pode acessar apenas algumas estatísticas básicas. De acordo com a seção 702 da Lei de Emendas da FISA de 2008, que sustenta o PRISM, o governo precisa apenas estabelecer perante o tribunal da FISA que os procedimentos estão em vigor para garantir que a inteligência estrangeira seja coletada apenas de pessoas não americanas "razoavelmente consideradas" fora das fronteiras dos EUA, proibindo a segmentação daqueles que se acredita estarem dentro das fronteiras dos EUA no momento em que o governo deseja os dados. Além disso, "procedimentos de minimização" precisam ser demonstrados ao tribunal da FISA para evitar coleta, retenção e disseminação acidental de informações sobre pessoas dos EUA. Na prática, no entanto, os tribunais da FISA não têm autoridade contínua para supervisionar as atividades do PRISM e não existem mecanismos para garantir que os procedimentos aprovados pela FISA sejam de fato seguidos. A NSA aderiu a um protocolo de 51% de certeza, o que significa que, desde que tenham pelo menos 51% de certeza de que um alvo está fora dos EUA e que não é um cidadão americano,

eles se consideram capazes de prosseguir com a vigilância; isso resultou na coleta de grandes quantidades de dados dos EUA (SYMES, 2021).

2.2 A REDE GOVERNAMENTAL DE ATORES

Após essa contextualização, deve-se destacar que embora muitos estudos que partem da abordagem da Teoria Ator-Rede deem ênfase apenas ou majoritariamente a elementos não humanos da vida social, como dispositivos e tecnologias, dentro das RI é necessário considerar também as dinâmicas políticas convencionais, como os grupos de interesse e atores humanos que atuam no cenário político. A ANT não se propõe a excluir elementos humanos da análise, senão que os considera em conjunto com elementos materiais.

Neste tópico, serão levantados alguns dos atores que fizeram parte do cenário político durante a administração de Barack Obama (2009-2017). Na primeira seção, em um diálogo com abordagens mais convencionais de Ciência Política e Relações Internacionais, trago alguns dos principais atores e atuantes humanos que conformaram as dinâmicas políticas do período. São as principais, pois considerando as dimensões do país, é tecnicamente impossível esmiuçar cada grupo ou atuante individual dentro do presente trabalho. Além disso, dado o objeto de estudo – o vazamento massivo de informações classificadas da National Security Agency ocorrido em 2013 – a ênfase dada é na esfera federal.

Na segunda seção, são levantadas algumas das principais tecnologias que vieram à tona com os vazamentos e que fizeram parte da política no período, a partir de uma análise que parte da abordagem da Teoria Ator-Rede feita por Fernando van der Vlist (2017), e a partir de fontes jornalísticas que evidenciam as principais tecnologias de vigilância.

2.2.1 ATORES HUMANOS E DINÂMICAS POLÍTICAS

No cenário político e social, diversas forças influenciam nos processos políticos, independentemente do país. Nesta seção, serão levantados algumas das principais redes de atores e dinâmicas políticas que atuam no cenário político dos Estados Unidos, especificamente no período da presidência de Barack Obama (2009-2017). No cenário político, não há puramente atores individuais, senão que redes de atores, no sentido empregado pela Teoria Ator-Rede, onde as organizações, processos e práticas são compreendidos em termos de rede:

uma coletividade de atores que atuam em associação e em conexão. Assim, quem atua no cenário político não são entidades abstratas e sim redes, um coletivo de atores.

Para entender as redes de atores que influenciam na condução de políticas domésticas e externas, Inderjeet Parmar, Linda Miller e Mark Ledwidge (2014) fornecem uma boa visão de atores não estatais. Em primeiro lugar, são os partidos políticos. Em segundo, os *think tanks*, que são os conselheiros políticos do Poder Executivo central, onde podem ser incluídos todos os chefes do gabinete presidencial. Terceiro, as elites corporativas que têm grande influência nas formulações de políticas. Por fim, o público e movimentos sociais têm relativa importância na formulação de políticas, pois os presidentes sempre conduzem suas administrações seguindo lógicas eleitorais que não apenas beneficiam a si mesmos, mas também os partidos. Contudo, no que envolve o público, a controvérsia se dá em questões sigilosas, como a guerra ao terror e a vigilância global, conduzidas em grande parte sem o conhecimento formal do público.

Diferenças entre partidos políticos interferem tanto na condução da política doméstica quanto da política externa, que se tornou uma arena de conflito partidário. Tradicionalmente, os EUA, objeto de análise desse trabalho, seguem um sistema bipartidário: de um lado o partido Democrata, que segue tendência mais centro-liberal e com maior heterogeneidade em seus membros e, do outro lado, o partido Republicano, que segue tendência mais conservadora (HURST, 2014). Em cada eleição, um partido assume a liderança do Poder Executivo central (presidência), bem como se define a distribuição partidária na Assembleia Legislativa, definindo a distribuição de poder¹³; nessa dinâmica, é de suma importância para a governabilidade que o presidente conte com uma maioria que o apoie no Congresso. Durante o primeiro mandato do democrata Barack Obama (2009-2012), quando os republicanos assumiram a liderança no Poder Legislativo, ficou difícil para o presidente obter apoio na condução da política externa, uma vez que o Congresso impôs restrições orçamentárias, e o governo ficou relutante em assinar tratados ambientais. Assim, o governo ficou dividido entre o Executivo democrata e o Legislativo republicano. Isso diminuiu as oscilações políticas, mas enfraqueceu o presidente em relação ao Congresso (HURST, 2014).

A equipe que integra o gabinete presidencial é muitas vezes escolhida durante o período de campanha eleitoral, selecionada de acordo com as pretensões do candidato para a condução

¹³ Nos Estados Unidos, existem eleições diferentes para presidente e vice-presidente e para os cargos nas Casas Legislativas, chamadas de eleições de meio-mandato. As eleições de meio de mandato ocorrem a cada dois anos entre as eleições presidenciais. Todos os membros da Câmara dos Representantes devem ser reeleitos, assim como um terço dos membros do Senado. Há concursos para governadores e votações de iniciativa/referendo ocorrendo ao mesmo tempo (WATTS, 2010).

da política externa – como no caso do presidente Obama. Assim, Obama, buscando desde suas campanhas se distanciar das políticas de seu antecessor, encorajou especialistas em políticas tanto dentro de seu governo quanto acadêmicos de universidades proeminentes a compartilhar suas ideias sobre como os Estados Unidos poderiam combater o terrorismo, erradicar a potencial ameaça nuclear do Irã, administrar seu relacionamento com a Rússia e a China e encontrar uma solução para o conflito israelense-palestino de longa data. Ao fazer isso, ele permitiu que essas organizações se envolvessem mais diretamente na formulação de decisões políticas importantes (ABELSON, 2014).

Neste ponto, é importante citar que, embora os Estados Unidos tenham um modelo de separação de poderes em Legislativo, Judiciário e Executivo, cada um com sua função prescrita e com poderes para controlar um ao outro, o Judiciário atua indiretamente na política, normalmente decidindo sobre a atuação dos outros Poderes ou em conjunto com eles – como foi o caso, por exemplo, dos mandados judiciais sigilosos obtidos durante o primeiro mandato da administração Obama (WATTS, 2010). Assim, a dinâmica de oposição bipartidária tem maior peso no cenário político, inclusive dentro das divisões administrativas de estados e municípios (WATTS, 2010).

Think tanks são institutos de políticas que realizam pesquisas detalhadas e fornecem análises e informações sobre uma série de ideias e programas de políticas. Os think tanks são muitas vezes baseados ideologicamente, suas ideias por vezes sendo influentes no Executivo e no Legislativo, e com os partidos que compartilham uma ampla afinidade de perspectiva. Nos últimos tempos, eles se tornaram cada vez mais ideológicos e de caráter partidário, embora, porque muitos deles têm status de isenção de impostos, eles são impedidos de fazer campanha e fazer lobby diretamente (WATTS, 2010).

Sobre os think tanks, deve-se destacar que várias pessoas participaram deles. Seguindo com o exemplo do primeiro mandato de Obama, os participantes dos think tanks eram aqueles aos quais o presidente recorria, tanto durante a campanha eleitoral do primeiro mandato quanto durante o governo e, posteriormente, na campanha de reeleição. É de se reconhecer que cada qual exerceu notável função, mas, os que mais ganharam proeminência durante os dois mandatos presidenciais foram seus secretários de Estado: Hillary Clinton no primeiro mandato e John Kerry no segundo. Obama também teve quatro secretários de defesa: Robert Gates, Leon Panetta, Chuck Hagel e Ashton Carter. Os dois primeiros criticaram os conselheiros do governo, alegando que não havia ninguém com experiência militar e se recusavam a ouvir os que tinham.

Seus conselheiros-chefes de segurança nacional foram General James Jones, Tom Donilon e Suzan Rice (POWASKI, 2019).

Outra rede de atores não estatal recorrente na formulação da política americana são as elites corporativas. A comunidade corporativa, composta pelos principais executivos e diretores de grandes corporações (multinacionais), além de representantes de importantes think tanks e órgãos de planejamento de políticas, e proprietários de riqueza corporativa (e, porque não, os próprios bens corporativos em si mesmos), bem como por recursos financeiros, formam o componente dessa elite. Ela detém diversos canais de influência, sendo as principais delas os investimentos em órgãos de planejamentos de políticas, como a US Business Roundtable, que desenvolve o planejamento dos investimentos de capital americano, promovendo livre comércio ou liberalização de finanças corporativas. Apesar de o governo Obama ter tido uma retórica de campanha voltada à centro-esquerda (VAN APELDOORN e DE GRAAFF, 2014), isso não quer dizer que a Casa Branca não tenha se aproximado dos representantes de Wall Street durante a administração Obama. Não apenas a sua campanha teve financiamento corporativo, como também seus principais conselheiros - entre eles Leon Panetta e Hilary Clinton - tinham filiações corporativas ou participavam de grupos de investimento. A influência dessas elites corporativas é indireta, porém contínua, orientada na expansão transnacional do capital americano (VAN APELDOORN e DE GRAAFF, 2014).

Por fim, um último ator relevante – possivelmente o mais relevante de todos – no cenário político estadunidense é o público. James McCormick (2014) pontua que, em geral, a opinião pública é estável, ainda que varie em termos de visão política (conservadora, moderada ou liberal) e em apoio partidário (republicano, democrata ou não apoia partido nenhum). Ainda que o público não tenha possibilidade de tomar decisões diretamente, a opinião pública tem grande impacto nas tomadas de decisões por parte dos líderes políticos, especialmente aqueles que buscam reeleição. Durante o governo Obama em específico, a opinião pública foi receptiva, embora sua estrutura fechada de tomada de decisões tenha dificultado a exata mensuração da percepção pública. Em um estudo sobre a percepção pública das revelações de Edward Snowden, os pesquisadores Christopher Reddick, Akemi Takeoka Chatfield e Patricia Jaramillo (2015) concluíram, após uma análise da repercussão na plataforma twitter, que a visão geral foi negativa, uma vez que o público espera maior transparência sobre os programas governamentais, inclusive os de vigilância (REDDICK, CHATFIELD e JARAMILLO, 2015).

Nesta seção foram suscitadas contribuições que partem de análises políticas *mainstream* em um diálogo com a ANT, a fim de evidenciar as principais dinâmicas políticas e redes de

atores humanos no cenário político estadunidense. Embora a centralidade ainda recaia sobre elementos humanos, tais não são considerados isoladamente. De fato, não se falaria de elites corporativas ou empresariais exercendo influência no governo se não se considerarem como parte delas todas as forças produtivas e os capitais financeiros em si. Por outro lado, a participação pública e a reação pública tem ocorrido cada vez mais por intermédio de mecanismos cibernéticos, seja o twitter como no estudo de Reddick, Chaffield e Jaramillo (2015), como também o facebook e plataformas associadas à empresa (HOMMENGA, 2017).

2.2.2 TECNOLOGIAS

Partindo da abordagem da Teoria Ator-Rede, Fernando van der Vlist (2017) faz um mapeamento das tecnologias a partir de um manual da NSA (Manual NSA/CSS) vazado por Snowden que continha descrições detalhadas das tecnologias utilizadas pela Divisão de Tecnologia de Rede Avançada (Advanced Networking Technology Division) do escritório da Tailored Access Operations (TAO)¹⁴ da NSA para exploração de rede de computadores. O documento classificado inclui descrições sobre coisas como gadgets e dispositivos digitais, software, hardware, projetos e nomes de código, seus custos associados, datas de lançamento e disponibilidade (VAN DER VLIST, 2017).

No total, Van der Vlist (2017) identifica 240 atores distintos. Esses atores estão densamente conectados por até 379 associações individuais (com uma média de aproximadamente 1,58 associações por ator). Dentro dessa rede, pelo menos cinco tipos de atores podem ser distinguidos com base naqueles encontrados no Manual NSA/CSS. Há entidades de software (93), seguidas por implantes de hardware e gadgets (44), programas de vigilância (23), empresas privadas (26) e operadores humanos (17). Em 37 casos, o tipo de ator permanece obscuro nas descrições nos documentos de origem (“Desconhecido”). Especialmente para as três primeiras categorias (entidades de software, implantes de hardware e programas de vigilância), todos os rótulos referem-se a nomes de código secretos usados pela NSA. Embora essa rede seja composta em grande parte por atores não humanos, descobriu-se que os humanos estão envolvidos como operadores, analistas e unidades de forças especiais, como as afiliadas ao FBI e à CIA. As empresas privadas de internet também foram mencionadas com frequência. Essas menções às vezes se referem a empresas que participam do setor de

¹⁴ O TAO existe desde pelo menos 1998 e tem a tarefa de identificar, monitorar, se infiltrar e coletar informações em sistemas de computadores para auxiliar na coleta de informações de vigilância cibernética e guerra cibernética.

vigilância global (por exemplo, empresas que vendem produtos de vigilância a governos), mas na maioria das vezes a empresas e serviços relacionados à Internet explicitamente visados ou explorados pela NSA. No caso deste último, foram encontradas menções a iniciativas de software de código aberto como Linux e Tor Browser, bem como empresas de internet como Google e Facebook. Por fim, foram encontradas menções a vários programas secretos de vigilância, incluindo o Prism. Embora a principal fonte para identificar a rede de atores seja o Manual NSA/CC, muitas das tecnologias nele mencionado também são citados em outros documentos divulgados (VAN DER VLIST, 2017).

A abordagem de Fernando van der Vlist (2017) estabelece mapas que exemplificam o funcionamento das principais associações entre atores humanos e não humanos. O trabalho de van der Vlist é elucidativo para compreender a extensão das associações entre os humanos e não humanos; contudo, levando em conta que foram mais de 1,7 milhões de documentos vazados, torna-se muito difícil elencar cada um dos atores que fizeram parte de uma complexa infraestrutura de inteligência e vigilância. Desta forma, aqui dou destaque a alguns dos principais atores na rede de vigilância global da NSA.

O jornalista Glenn Greenwald, que foi um dos primeiros a ter acesso aos documentos vazados por Edward Snowden, mostra que a NSA tinha seus métodos próprios de coleta de informações, como interceptação direta de cabos de fibra ótica (inclusive marítimos), redirecionamento de mensagens para repositórios da NSA quando elas atravessavam o sistema dos Estados Unidos e a cooperação com empresas privadas e serviços de inteligência de outros países. Ademais, a NSA coletava dois tipos de informações: o conteúdo das informações - como as chamadas telefônicas, conteúdos de e-mails e chats, histórico de navegação e atividades de busca - e metadados, que são dados sobre as comunicações, como registros de ligações (horário e duração), localização de um remetente de e-mail, etc (GREENWALD, 2014).

O maior destaque, na época das revelações, foi o programa PRISM, software que tinha acesso a metadados de usuários de empresas de internet e telecomunicações como o Facebook, Google, Yahoo e outras das maiores empresas do ramo sem mandado judicial, conforme já abordado em tópico anterior. Esse programa, contudo, não era de coleta e sim de acesso, pois apenas garantia acesso aos dados contidos nos servidores das empresas.

A NSA também mantinha, através de parcerias corporativas, os programas Blarney, Fairview, Oakstar e Stormbrew, nos quais a NSA explorava o acesso a determinadas empresas de telecomunicações a sistemas internacionais depois de elas terem firmado contrato com empresas semelhantes no exterior para melhoria de suas redes para em seguida as empresas

estadunidenses redirecionarem os dados de comunicação do país-alvo para os repositórios da NSA (GREENWALD, 2014). A função do Blarney era obter parcerias-chave exclusivas com empresas que permitiriam o acesso a cabos de fibra ótica, comutadores e/ou roteadores internacionais de alta capacidade localizados em diversas partes do mundo, contando com uma parceria de longa data com a empresa de provimento de internet AT&T. O programa Fairview coletava uma imensa quantidade de dados do mundo inteiro, sendo sua ênfase em dados telefônicos estrangeiros, dependendo de um único parceiro não identificado. De maneira semelhante, o programa Oakstar explorava o acesso de parceiros corporativos não identificados (com codinomes Steelknight e Silverzephyr) a sistemas de comunicação estrangeiras e redirecionava dados para o repositório da agência. Já o programa Stormbrew, conduzido em parceria com o FBI, garantia à NSA acesso a tráfego de internet e telefonia que entra nos Estados Unidos por vários "gargalos" situados no país, explorando o fato de que a grande maioria do tráfego da internet do mundo passa em algum momento pela infraestrutura estadunidense. Alguns desses gargalos eram infraestruturas domésticas, estações de cabos, roteadores e comutadores, bem como parcerias (GREENWALD, 2014).

Outros programas que ganharam repercussão na mídia foram o Boundless Informant, Stellar Wind, XKeyscore, Marina, Dishfire, Optic Nerve, Turbine e o Mystic. O Boundless Informant tinha por função gravar e analisar os dados de inteligência obtidos pela NSA de empresas de internet e telefonia do mundo todo, auxiliando a agência a entender melhor cada país. O Stellarwind fazia mineração de dados coletados pela inteligência da NSA a partir de e-mails, conversas telefônicas, transações financeiras e atividades na internet, onde se incluíam informações captadas por outros programas. Ele ajudava a NSA a identificar melhor as comunicações, e tinha capacidade de interceptar 320 milhões de ligações por dia. o XKeyscore tinha por função coletar "quase tudo o que o usuário faz na internet", funcionando como banco de metadados que fornecia aos agentes da NSA acesso a informações sobre as telecomunicações dos usuários. Esse programa tinha capacidade de cruzar dados e obter informações sobre algum alvo em específico a partir do endereço de IP, telefones, nomes e palavras-chave. O Marina era um repositório no qual a NSA guarda por até um ano metadados de milhões de usuários coletados por fibra ótica ou através do PRIMS, servindo como banco de dados da agência. O dishfire era destinado a coletar e armazenar o máximo possível de dados de mensagens de texto enviados por SMS, tanto o conteúdo em si quanto os metadados. O programa Optic Nerve, por sua vez, era um programa da NSA em parceria com a GCHQ para interceptar imagens de webcams. O Turbine, também criado em parceria com a GCHQ, espalhava malwares e coletava

dados de computadores ao redor do mundo, expandindo a capacidade de coleta de informações de ambas as agências sem intermédio de empresas privadas. Por fim, o Mystic era um sistema capaz de gravar a totalidade das chamadas telefônicas de países estrangeiros e armazená-las por até um mês, de modo que fosse possível rever conversas antigas de alvos específicos (**Unsupported source type (DocumentFromInternetSite) for source Est.**).

Além da coleta de dados pela interceptação de cabos de fibra ótica e em colaboração com empresas privadas, a NSA também aderiu à prática de hacking, por meio da TAO, instalando malwares em computadores específicos para vigiar seus usuários. Ademais, muitas das tecnologias utilizadas pela NSA não eram desenvolvidas originalmente por ela, mas sim por parceiros e empresas terceirizadas (GREENWALD, 2013).

Embora muita informação sobre o funcionamento dos programas de vigilância e de outras questões atinentes à NSA estejam disponíveis, é difícil identificar exatamente o funcionamento das tecnologias, seja por que as informações vazadas apenas continham descrições das funcionalidades, seja porque a compreensão em si das tecnologias demande maior conhecimento de tecnologia da informação. De qualquer forma, a proposta aqui não é discorrer sobre o funcionamento exato das tecnologias, senão que situá-las em seu contexto social. Conforme ressalta Fernando van der Vlist (2017) dentro dessa infraestrutura, atores humanos não são necessariamente pontos finais para análise ou monitoramento de dados; em vez disso, eles podem às vezes funcionar como intermediários, passando dados para outro componente ou sistema sem realmente alterar esses dados. Ou seja: Em alguns aspectos, atores humanos operacionalizam os programas de vigilância, sendo a atuação de um condicionada à do outro; em outros, como o Boundless informant, Stellarwind e Xkeyscore, os atores não humanos agiam de forma autônoma, coletando e processando os dados por si só.

2.3 O VAZAMENTO

Enquanto as fontes acadêmicas muito pouco (ou nada) falam sobre Snowden e os vazamentos, as fontes jornalísticas são abundantes, ainda que diverjam em alguns pontos. Para manter a objetividade da narrativa – já que os principais jornalistas escreveram livros com longas narrativas – neste tópico apresento a sequência de vazamentos de acordo com as obras de Glenn Greenwald (2014), que entrevistou Edward Snowden em Hong Kong e foi procurado por ele, Barton Gellman (2020), que na época era colunista no Washington Post e foi contatado por Snowden, recebendo por e-mails criptografados uma série de documentos de inteligência

antes do encontro do ex-analista com Greenwald e Poitras em Hong Kong, Luke Harding (2014), editor do jornal *The Guardian*, Edward Jay Epstein (2017), crítico de Snowden que fez uma investigação jornalística sobre seus passos, além do documentário cinematográfico de Laura Poitras (2013). O próprio Snowden também fornece muitos detalhes do vazamento, em sua autobiografia (SNOWDEN, 2019), em entrevistas, seu blog pessoal e publicações no twitter.

Tudo começou por volta de dezembro de 2012 com e-mails vagos sendo enviados aos jornalistas Barton Gellman, Glenn Greenwald e para a documentarista Laura Poitras por alguém que se identificava como Verax, Cincinnatus e Citizenfour. De início, Glenn Greenwald, de quem Verax queria atenção maior, não deu importância aos e-mails; novas tentativas foram feitas com Gellman e Poitras, através de e-mails criptografados, que fizeram a ponte com Greenwald. Para assegurar os jornalistas de que se tratava de uma fonte ligada ao governo dos Estados Unidos, vários documentos classificados como ultrassecretos foram enviados por e-mails criptografados, muito antes de combinarem de efetivamente se encontrar. Os jornalistas ficaram pasmos com a quantidade de documentos que Verax parecia ter – mais de cinquenta mil foram enviados em apenas um único e-mail criptografado – além de se preocuparem com a própria segurança. Mas a isca serviu e Glenn Greenwald e Laura Poitras e, após longas conversas com os editores chefes do jornal britânico *Guardian*, que custearia a viagem, concordaram em se encontrar com Snowden em Hong Kong.

Luke Harding e Barton Gellman traçam uma breve biografia de Snowden, filho de funcionários do governo que cresceu no litoral do estado de Maryland (situado ao norte do país), próximo de onde ficam as instalações da National Security Agency. Sem interesse por educação formal (algo que foi muito suscitado por seus críticos), Snowden não chegou a concluir o ensino médio (cursou uma espécie de supletivo), mas com grande conhecimento de questões de tecnologia e inspirado pelo pai a trabalhar com o governo, Snowden inicialmente tentou seguir carreira no exército, e posteriormente, com um certificado da Microsoft, se aproximou de vários órgãos governamentais – inicialmente a Universidade de Maryland, até conseguir entrar na CIA e em empresas terceirizadas. A sua falta de formação acadêmica foi compensada pelo seu grande conhecimento em tecnologia da informação (e por um certificado da Microsoft), o que lhe permitiu que subisse em alguns postos. Muito afeiçoado pelo universo cibernético, Snowden era assíduo usuário da *Ars Technica*, uma espécie de fórum para *nerds*, onde relatava sua vida no exterior, quando morou na Suíça e no Japão a serviço do governo dos Estados Unidos, até suas postagens diminuírem a ponto de não postar mais por volta de 2012.

De forma geral, os relatos são cheios de detalhes dos procedimentos jornalísticos, provavelmente oriundos de anotações pessoais em tempo real. Snowden chegou em Hong Kong cerca de 15 dias antes de se encontrar com os jornalistas, e suas atividades por lá são incertas durante esse período (EPSTEIN, 2017), embora seja possível crer que ele tenha se empenhado, durante esse tempo, em convencer os jornalistas a encontra-lo para repassar as informações e arquivos. Em 30 de maio de 2013, Snowden finalmente se encontra com Glenn Greenwald e Laura Poitras. Poucos dias depois, quando os jornalistas atestam a identidade de Snowden como administrador de sistemas da NSA contratado pela empreiteira Booz Allen Hamilton, um terceiro jornalista se junta: Ewen MacAskill, enviado pelo The Guardian (Citizenfour, 2013). Snowden concorda em responder todas as perguntas dos jornalistas e enfatiza sua vontade de ser o rosto por trás dos vazamentos. Greenwald, MacAskill e Poitras chegam à conclusão de que é melhor recolher o máximo de informações possíveis de Snowden antes que agentes do governo fossem atrás dele (GREENWALD, 2014).

Nos próximos dias, Glenn Greenwald publica as primeiras matérias no portal do Guardian, após os editores chefes terem comunicado ao governo; a primeira sobre a coleta de informações de centenas de milhares de cidadãos estadunidenses e estrangeiros residentes nos Estados Unidos feita pelo governo em parceria com a empresa de telecomunicações Verizon (GREENWALD, 2013), seguida por outra publicação sobre o programa PRISM, em coautoria com MacAskill (GREENWALD e MACASKILL, 2013). No mesmo dia, Barton Gellman publica, em coautoria com Laura Poitras, outra matéria também sobre o PRISM no Washington Post (GELLMAN e POITRAS, 2013), com base nos documentos que Snowden e Poitras o haviam fornecido anteriormente (GREENWALD, 2014). Essas três primeiras publicações por si mesmas causaram grande repercussão na imprensa estadunidense, e posteriormente por outros países; Greenwald foi chamado para entrevistas, as quais ele concedia em estúdios em Hong Kong, muitas vezes poucos instantes depois de conversar com Snowden (GREENWALD, 2014)

Poucos dias depois, o Guardian publica uma matéria apresentando Edward Snowden, sob autoria de Greenwald e MacAskill e com um vídeo de apresentação editado por Poitras (GREENWALD, MACASKILL e POITRAS, 2013). Pouco depois dessa publicação, jornalistas de outras mídias descobrem a localização de Greenwald e Snowden, que é obrigado a deixar o hotel em que se hospedava às pressas. Greenwald volta para sua casa no Brasil e passa a publicar, nos meses seguintes, várias outras matérias com o praticamente infinito material que Snowden o forneceu. Em uma palestra, Luke Harding contou que o departamento

de inteligência britânico exigiu que a central britânica do Guardian entregasse os documentos de Snowden ou então que destruísse os dispositivos nos quais eles foram armazenados – o que os responsáveis pelo periódico de fato fizeram, sob supervisão de agentes de inteligência – contudo, a destruição de nada serviria, pois os documentos possivelmente já teriam viajado e estariam em mãos de outros jornalistas (TALKS, 2014).

Os jornalistas que escreveram sobre Snowden foram todos muito persistentes em entender as motivações e o caráter do ex-analista, ainda que ele mesmo tenha sido enfático em dizer que ele não deveria ser o centro da atenção dos noticiários, querendo estimular um debate público sobre a vigilância (Citizenfour, 2013). Edward Jay Epstein (2017) enfatiza a falta de formação acadêmica, frisando que possivelmente Snowden era alguém que queria seus cinco minutos de fama, Barton Gellman (2020) refaz alguns passos de Snowden durante seu período no Havaí, época em que ele teve maior acesso a informações de inteligência, enfatizando algumas contradições de Snowden, ainda que acreditasse na sinceridade das intenções do ex-analista¹⁵. Glenn Greenwald (2014), que foi quem mais publicou sobre Snowden na época, retrata o ex-analista como uma pessoa altruísta, da geração da internet e que dava muito valor à privacidade e liberdade, a ponto de arriscar acabar na prisão ou no exílio para informar o público sobre as ações ilegais do governo.

As motivações de Snowden podem ser as mais variadas e, com certeza, são subjetivas. Em sua autobiografia, Snowden não apenas narra com detalhes o funcionamento das instituições do governo para os quais ele trabalhou (ainda que como terceirizado) como também as contradições entre a prática cotidiana de trabalho e os discursos políticos de democracia e transparência, em aspectos que podem tê-lo levado a noticiar segredos de Estado a jornalistas. Embora existam especulações sobre uma possível colaboração de Snowden com governos estrangeiros (EPSTEIN, 2017), nenhuma fonte conseguiu atestar isso com certeza. Depois de um período se escondendo em Hong Kong, Snowden foi parar na Rússia, onde se exilou. De lá, concedeu entrevistas e mantém contato com o público estadunidense por publicações na internet.

¹⁵ Gellman não faz essa declaração em sua obra sobre Snowden, e sim em uma conferência online com a faculdade de Direito da Universidade da Pensilvânia, onde fala sobre sua obra e sobre seu contato com Snowden. Pode ser visto em *Dark Mirror: Edward Snowden and the American Surveillance State* by Barton Gellman, disponível em <https://youtu.be/TOTwIxEU5mU>, acesso em maio de 2022.

2.4 A FORMAÇÃO DA REDE DE ATORES DA ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA

Nos tópicos anteriores apresentou-se o contexto dos vazamentos, a situação política por trás delas e os principais atuentes envolvidos, diretamente ou não. Considerando que situação política é entendida como ponto de encontro entre diversas correntes e movimentos que se aglutinam em contextos particulares e gerais ao longo do tempo, verificou que a situação política era a de continuidade com a guerra no Oriente Médio, com emprego de táticas de combate ao terrorismo (dentro delas implantação de mecanismos de vigilância) que iam mudando; em específico, as táticas empregadas por Barack Obama mudaram um pouco com relação ao seu antecessor.

Ademais, considerando-se que atuentes são atores governamentais e tecnologias de vigilância, atuando em conjunto com outros atores, como empresas privadas e agências de inteligência de outros países, a partir desse tópico o estudo de caso é retomado a partir da abordagem da Teoria Ator-Rede.

Os conceitos da ANT são difíceis de aplicar às RI, tanto pelo fato de a ANT se aproximar mais da sociologia quanto pelas peculiaridades das RI. Aqui, optei por analisar a formação da rede de atores que constituiu a estrutura de vigilância – alvo das principais matérias jornalísticas baseadas nas divulgações de Edward Snowden – a partir do conceito de tradução e de seus quatro estágios, conforme proposto por Michel Callon (1984) e por Idongesit Williams (2020). Considerando que a pesquisa se propõe a entender como os programas de vigilância foram alvos dos vazamentos de informações ultrassecretas da NSA ocorridos em 2013, as quatro etapas da tradução são úteis para ajudar a compreender como surgiu o problema que levou à vigilância, como surgiram os programas e políticas de vigilância e quais os principais atuentes envolvidos.

No primeiro tópico são analisadas, a partir das políticas de vigilância surgidas após os ataques de 11 de setembro, as quatro etapas da tradução – problematização, interposição, inscrição e mobilização – para entender como se formou a rede heterogênea de vigilância. No segundo tópico, apresento algumas conclusões sobre a análise feita nas quatro etapas da tradução.

2.4.1 POLÍTICAS PÓS 11/09/2001

Para emergir a um complexo aparato de vigilância em escala global, o ponto de partida foi, sem dúvida, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Neste tópico, retomo de o

conceito tradução da Teoria Ator-Rede, analisando, nas quatro etapas elencadas por Michel Callon (1984) e por Idongesit Williams (2020) – problematização, interposição, inscrição e mobilização – como as políticas pós 11/09 levaram à formação de uma rede heterogênea de vigilância.

Já foi dito que a Teoria Ator-Rede não constitui uma metodologia senão que um repositório de paradigmas que auxiliam na compreensão da função de elementos não humanos na vida política e social. Assim, embora não exista um caminho único a ser seguido, aqui os estágios da tradução propostos por Michel Callon e suas definições são aplicados para identificar a relação entre os atores que formaram a rede de vigilância. A contribuição de Callon, contudo, se aplica um objeto de pesquisa completamente diferente; assim, outros trabalhos que que seguem o referencial da ANT serão utilizados por assimilação.

A primeira seção é destinada a esmiuçar a etapa da problematização, ou seja, o contexto em que os atores heterogêneos verificam uma falha na vigilância e se empenham a corrigi-la, criando um Ponto de Passagem Obrigatório (PPO). A segunda seção é voltada para a etapa da interposição, onde os atuantes primários instigam outros atores a aceitar as funções do PPO. A terceira seção analisa a etapa da inscrição, onde são evidenciadas as funções dos atuantes. Por fim, a quarta seção mostra como ocorreu a etapa da mobilização, isto é, como os atuantes emergiram como porta-vozes das redes de atores em associação.

2.4.1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Logo após o maior atentado terrorista da história dos Estados Unidos, os líderes políticos, chefes de segurança e analistas de inteligência e as tecnologias que eles dispunham tinham um problema: eles não haviam sido efetivos na prevenção dos ataques. Os esforços deveriam ser direcionados, a partir dali, a expandir as estruturas de vigilância e prevenir o terrorismo a todo custo.

Alguns atuantes focais são identificados neste momento. Em primeiro lugar, o Congresso estadunidense, considerado em sua coletividade de atores, que promulgou o USA Patriot Act, além do Poder Executivo central com a criação do Departamento de Segurança Interna (DHS) e o DHS em si.

Apesar de conter algumas disposições contraditórias com a Constituição do país, o USA Patriot Act se propunha a "unir e fortalecer a América fornecendo ferramentas adequadas e necessárias para interceptar e obstruir o terrorismo" (**Unsupported source type (Misc) for**

source Est01.) estipulando uma série de medidas para “aumentar a segurança doméstica contra o terrorismo (título I), "procedimentos de vigilância melhorados" (título II), medidas contra o financiamento ao terrorismo (título IV), proteção às fronteiras (título IV), "remoção de obstáculos para investigação do terrorismo" (título V), "prestações para vítimas do terrorismo, oficiais de segurança pública e famílias" (título VI), "aumento do compartilhamento de informações para proteção de infraestrutura crítica" (título VII), fortalecer leis criminais contra o terrorismo (título VIII), “inteligência melhorada” (IX), além de outras disposições.

No estágio da problematização, autores da Teoria Ator-Rede sugerem que os atuentes criam um Ponto de Passagem Obrigatória, onde são definidos o programa de ação e as relações que precisam ser estabelecidas entre os atuentes. Em seu estudo, Michel Callon (1984) mostra que o Ponto de Passagem Obrigatória é a definição exata dos obstáculos que os atuentes devem superar e o caminho a ser seguido para superar os obstáculos. O USA Patriot Act justamente cumpre essa função, estabelecendo mecanismos de ampliação da vigilância, estipulando quais entidades fariam parte da nova estratégia de vigilância, quais seriam os métodos empregados e quais seriam os destinatários. Embora suas disposições sejam mais voltadas a combater ao terrorismo de forma geral, e servir mais como atualização da legislação de vigilância vigente à época, o USA Patriot Act estabelece os meios para a superação do obstáculo problema: o combate ao terrorismo.

O foco inicial dos atores é, de fato, o terrorismo, sendo que a ampliação dos mecanismos de vigilância tem a finalidade inicial de prevenir novos atentados. Contudo, a estrutura de vigilância chega a tal ponto que é utilizada para outras finalidades.

2.4.1.2 INTERPOSIÇÃO

Criado o Patriot Act, o DHS funda organizações de contraterrorismo estabelecidas em diferentes níveis e engajadas em reunir dados de diferentes fontes públicas para auxiliar em investigações e realizar avaliações de ameaças (MONAHAN, 2012). Essas organizações, chamadas centros de fusão, tinham foco em vigilância local. Por volta de 2005, quando o general Keith B. Alexander assume a diretoria da National Security Agency (NSA), alguns programas de coleta de informações que eram destinados a identificar suspeitos de terrorismo no Iraque passaram a ser destinados à coleta indiscriminada de dados nos Estados Unidos. O lema da agência passou a ser “coletar tudo” (GREENWALD, 2014).

Não é possível saber exatamente quando os programas descritos no tópico 2.2.2 (Boundless Informant, Stelar Wind, Xkeyscore, Marina, Dishfire, Optic Nerve, Turbine e o Mystic) foram criados, nem quando passaram a ser destinados à vigilância indiscriminada. Mas na mesma época em que Keith Alexander assumiu a diretoria da NSA, o Facebook começava a se popularizar pelos Estados Unidos, e em 2011, a rede social, que era, até então, uma das maiores bases do programa PRISM, contava com mais de 800 milhões de usuários ativos, e, em 2013, época dos vazamentos, tinha 128 milhões de usuários estadunidenses (LEE, 2021). É possível que os programas de vigilância, que foram criados inicialmente para detectar alvos e suspeitos de terrorismo, tenham sido redirecionados para a vigilância global gradualmente ao longo da década, com a democratização do uso da internet, com a popularização de redes sociais, e, sobretudo, com a colaboração de empresas privadas de tecnologia e internet.

A fase de interposição é, como propõe Michel Callon, "é o conjunto de ações pelas quais uma entidade tenta impor e estabilizar a identidade dos demais atores que ela define por meio de sua problematização. Diferentes dispositivos são usados para implementar essas ações" (CALLON, 1984). Desta forma, é possível identificar o gradual processo de expansão da vigilância, com atores fora da esfera governamental e com o aprimoramento de tecnologias (muitas das quais o governo não detinha (SNOWDEN, 2019)) dentro da fase de interposição no processo de formação da rede de vigilância. De fato, nem todos os atores colaboraram voluntariamente; o Yahoo, portal de notícias e provedora de e-mails, só forneceu informações à NSA após ordem judicial secreta determinando multa caso os dados não fossem fornecidos (RUSHE, 2014). Além disso, embora a finalidade inicial tenha sido o combate ao terrorismo, os Estados Unidos já tinham mecanismos de vigilância antes dos ataques de 11/09; os ataques só fizeram criar a problematização que estimulou a ampliar a vigilância ainda mais.

2.4.1.3 INSCRIÇÃO

A interpretação da fase da inscrição varia entre os autores da Teoria Ator-Rede, se adaptando de acordo com o campo, e muitas vezes nem sequer é utilizado. Para Michel Callon, a inscrição não implica e nem exclui funções pré-determinadas; ela designa o dispositivo pelo qual o conjunto de funções e papéis inter-relacionados é definido e atribuído aos atores que os aceitam. "Descrever a inscrição é, portanto, descrever o conjunto de negociações multilaterais, provas de força e artimanhas que acompanham os *interestements* e lhes permitem ter sucesso" (CALLON, 1984).

Titus van de Kerke e Constant Hijzen (2021), em seu estudo sobre o impacto do poder de inteligência (intelligence power) no discurso do ex-secretário de segurança dos Estados Unidos Collin Powell na ONU em 2003, consideram a o processo de inteligência como a construção de uma inscrição, sendo um corpo de conhecimento móvel a ser utilizado para efeito retórico, que constrói significado dentro das agências de inteligência e traça como a criação de um determinado fato corre entre contextos institucionais e políticos e em contextos de inteligência como prática (VAN DE KERKE e HIJZEN, 2021).

Embora a presente pesquisa vá além do contexto institucional de agências de inteligência como a NSA, buscando delinear a estrutura de vigilância, o estudo de Van de Kerke e Hijzen é importante para compreender a inscrição em um contexto mais próximo do objeto desta pesquisa. A inscrição, assim, não é um quadro estático onde os atores são alocados; em vez disso, é o processo dinâmico de interações e associações entre atores heterogêneos.

Quando as revelações de Snowden vieram à tona, porta-vozes da Casa Branca e outros representantes do governo, afirmaram que a vigilância era destinada a prevenir ações terroristas (EILPERIN, 2013). Essa afirmação é razoável, considerando que, de fato, o USA Patriot Act, ao expandir o escopo da vigilância, deu ênfase maior ao combate ao terrorismo – e assim as tecnologias de vigilância foram inicialmente desenvolvidas nesse sentido. Contudo, prevenir o terrorismo não era a única função.

Além de coletar dados de seus próprios cidadãos, a NSA coletava e armazenava informações de pessoas do mundo todo, dentro e fora dos Estados Unidos, incluindo autoridades e empresas de nações aliadas (como no caso do Brasil e da Alemanha), algumas, inclusive, com as quais o país tinha colaborações em questões de inteligência – como os países do “Five Eyes”, Alemanha e Israel (FIDLER, 2015)

Assim, são identificados quatro papéis básicos na rede: coleta, processamento, armazenamento de informações, redirecionamento de fluxo de dados e coleta de informações de alvos específicos. As funções são ilustradas na tabela a seguir:

Ator/atuante	Função
Prism; Blarney; Fairview; Oakstar; Boundless Informant; Optic nerve	Coleta de dados
Boundless informant; Stellarwind; Xkeyscore	Processamento
Prism; Xkeyscore; Marina; dishfire; Mystic	Armazenamento
Stormbrew	Redirecionamento de fluxos de dados
Optic nerve; Turbine	Coleta de dados de alvos específicos

Além disso, a maioria das funções eram exercidas pelos programas e tecnologias, sendo que atuantes humanos apenas operacionalizavam os programas (VAN DER VLIST, 2017). Mas as funções eram estabelecidas na rede não apenas entre tecnologias e humanos como também entre diferentes grupos, como a NSA e empresas terceirizadas, provedores de internet e agências de inteligência estrangeiras em colaboração. Fernando van der Vlist (2017), com base em alguns dos documentos vazados, mapeia a atuação de cada ator com base na frequência de referência feita pelos documentos na seguinte forma:

Tipo	Frequência
Software	93 (38,75%)
Implante de Hardware	44 (18,33%)
Companhias de internet	26 (10,83%)
Programas de vigilância	23 (9,58%)
Humanos	17 (7,08%)
Desconhecido/não especificado	37 (15,42%)

Considerando tratar-se de um processo dinâmico, ainda mais se tratando de tecnologias, é possível que as tecnologias tenham sido aprimoradas com o tempo, podendo ter sido substituídas ou redirecionadas.

2.4.1.4 MOBILIZAÇÃO

Por fim, tem-se a etapa na mobilização, que encerra um processo de tradução bem-sucedido e na qual os atuantes representativos emergem como porta-vozes na rede. Tiko Iyamu e Sibuela Mgudlwa recorrem à ANT para desenvolver uma análise que pudesse traduzir e transformar bancos de dados e informações (big data) de saúde na África do Sul em um recurso útil aos profissionais de saúde em seu atendimento aos pacientes. Também recorrendo às quatro etapas da tradução, os autores estudam o estágio da mobilização indagando *o que*, como e por quê ela ocorre, mantendo a prática sugerida por Latour (2005) de seguir os atuantes. Os autores identificam, assim, que a mobilização somente pode ser reconhecida através de inter-relações entre profissionais de saúde, pacientes e big data, onde o profissional de saúde recorre a dispositivos de big data para considerar as condições de saúde de cada paciente.

O estudo de Tiko Iyamu e Sibuela Mgudlwa (2017) parte de um objeto de análise completamente diferente daquele aqui desenvolvido, mas contribui para a compreensão do estágio da mobilização. Em cada associação da rede de atores – ou seja, quando profissionais de saúde, pacientes e bancos de dados se associam, de uma ou outra forma – alguns atuantes

focais se destacam e “falam”, como sugere Callon, pelos outros, não literalmente, mas representando-os. Os atuantes focais são os dados dos pacientes, inseridos na base de dados, que serão úteis para o melhor atendimento de outros pacientes, bem como para o melhor diagnóstico do próprio paciente, bem como os profissionais de saúde que se dispõem a colaborar para o aprimoramento da base de dados, e os próprios pacientes. A mobilização é identificada em cada associação, uma vez que nem sempre os atuantes focais se inter-relacionam (IYAMU e MGUDLWA, 2017).

No presente estudo, não é difícil identificar os atuantes focais, que se destacam e representam os demais. Em primeiro lugar, porque, apesar das revelações de Snowden serem massivas, nem todos os segredos de Estado ficaram realmente disponíveis, estando disponíveis apenas algumas informações sobre atuantes que representam os demais. Em seguida, porque a própria natureza sigilosa das operações de inteligência, em que foram em parte conduzidas as práticas de vigilância, sugere que alguns atuantes permanecem ocultos, ainda que participem na rede, sendo representados pelos demais.

Os atuantes focais falam pelas tecnologias de vigilância, pelas instituições de inteligência, pelas empresas privadas de tecnologia e internet e pelos próprios líderes políticos, sendo que já foram muito referenciados até aqui. O PRISM, programa que foi alvo de uma das primeiras revelações, que foi muito debatido pelo público estadunidense e que possivelmente existe até hoje emerge como um porta-voz das tecnologias de vigilância. Um porta-voz da comunidade de inteligência é sem dúvida a National Security Agency, com ou sem as suas inter-relações com seus pares em outros países. Dois porta-vozes que também foram alvos de intenso debate na época das revelações são o portal Yahoo e a rede social Facebook, que gerou controvérsias sobre a coleta de dado até mesmo alguns anos depois, durante a eleição de Donald Trump (BBC, 2018). E por fim, o presidente Barack Obama surge como porta-voz da rede governamental. Embora não atuasse diretamente no processo de vigilância, o presidente tinha conhecimento e consentia, tendo se manifestado publicamente em algumas ocasiões após os vazamentos (ACKERMAN e ROBERTS, 2013).

Mesmo que os vazamentos não tivessem ocorrido, o processo de mobilização teria se completado, ainda que fosse com outros atuantes focais e sem o pleno conhecimento público; o processo todo teria ocorrido dentro de uma caixa preta.

2.4.2 A ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA E O COMBATE AO TERRORISMO

Quando os veículos de mídia publicaram as primeiras revelações sobre a empresa Verizon e o programa PRISM, a repercussão foi imediata. Os debates – e críticas – se centraram em torno da espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos. Quando a imagem de Snowden veio a público, os debates passaram a se centrar nele. Contudo, as revelações mostraram muito mais do que apenas a vigilância contra os cidadãos americanos. Neste tópico, são trazidas algumas considerações obtidas a partir da observação da formação da rede de vigilância a partir das quatro etapas da tradução.

Apesar da violação da privacidade dos cidadãos, a função primária de todo o aparato de vigilância era, de fato, identificar potenciais ameaças terroristas. O Ponto de Passagem Obrigatória – o USA Patriot Act – que na ANT atua como um plano de ação, ao mesmo tempo em que amplia o alcance de mecanismos de vigilância, prioriza as medidas de contenção, prevenção e combate ao terrorismo. Com o tempo, os programas de vigilância foram se destinando a outras finalidades, como o policiamento liderado por inteligência (MONAHAN, 2012), espionagem com finalidades diplomáticas, como aquela feita contra representantes de outros países (SYMES, 2021), além de finalidades próprias de serviços de inteligência, como troca de dados e colaboração com outras agências (FIDLER, 2015).

Assim, embora a NSA de fato buscasse coletar o máximo possível de informações, provavelmente para se manter em vantagem com relação a outras agências, a vigilância não era um fim em si mesmo, apesar de sua extensão. Conforme Andrew Hammond e Richard Aldrich (2014) apontam, depois do 11/09 a NSA tinha duas missões primárias: uma, apoiar as guerras no Oriente Médio, e a segunda apoiar uma guerra mais ampla contra o terrorismo em base global. O trabalho da NSA em alvos políticos e diplomáticos muitas vezes ficou em segundo plano, pois os recursos foram voltados a apoiar uma “Guerra ao Terror” cada vez mais cinética (HAMMOND e ALDRICH, 2014).

Além disso, informações vazadas por outros delatores mostram violações ainda piores de direitos humanos, que não ganharam tanta repercussão. Alguns anos antes de Snowden, Chelsea Manning, na época soldado militar servindo os Estados Unidos no Oriente Médio, passou ao site Wikileaks mais de 700 mil documentos confidenciais militares. O Wikileaks divulgou os documentos revelando, entre outras coisas, filmagens de ataques de soldados estadunidenses a civis iraquianos desarmados, além de abusos de prisioneiros em prisões secretas e envolvimento suspeito das autoridades americanas na política local (WALKER,

2013). Os documentos divulgados por Manning, contudo, não geraram a mesma repercussão que os documentos vazados por Snowden, apesar de conter informações ainda mais graves que a violação de privacidade de cidadãos. Tais documentos, apesar de trazer à tona assassinatos seletivos e sem respaldo legal, também não abalou a percepção pública sobre o governo como ocorreu com as revelações de Snowden (OMSTED, 2018).

Aliás, Snowden e Manning não foram os únicos delatores. Durante seus dois mandatos, o governo Obama acusou oito funcionários ou ex-funcionários de violarem a Lei de Espionagem. Um deles, James Hitzelberger, levou documentos confidenciais para sua própria coleção de arquivos na Hoover Institution. O restante vazou informações sobre má conduta ou ilegalidade do governo para a mídia. Eles incluíam Thomas Drake, da NSA, que divulgou evidências de fraude e vigilância ilegal em sua antiga agência; John Kiriakou da CIA, que confirmou a existência do programa de tortura da CIA; Jeffrey Sterling, da CIA, que revelou ao New York Times, detalhes de um programa dos EUA para sabotar as instalações nucleares do Irã; e Stephen Jim-woo Kim, que vazou informações sobre os testes nucleares da Coreia do Norte para a Fox News. O Departamento de Justiça de Obama também perseguiu inicialmente os destinatários de algumas dessas informações confidenciais, incluindo os repórteres Rosen e Risen. Snowden se refugiou na Rússia para evitar a extradição por acusações da Lei de Espionagem e Manning foi condenada a trinta e cinco anos de prisão federal, mas posteriormente obteve perdão presidencial (OMSTED, 2018). O destaque de Snowden foi ter vazado os documentos em um volume sem precedentes.

O fato de haver mais de um delator em um curto período de tempo evidencia, em primeiro lugar, que a estrutura de segurança dava, de alguma forma, brechas para que esses delatores retirassem as informações de ambientes seguros. Também evidencia que, dada a amplitude da estrutura de vigilância, envolvendo milhares de atores humanos, a vigilância não era realmente tão secreta. Só não era falada explicitamente ao público.

Os vazamentos de Snowden deixaram claro que a vigilância era exercida não apenas pelos Estados Unidos, mas também por outros governos. O mais emblemático foi o caso do Government Communications Headquarters (GCHQ), da Inglaterra, que tinha seus próprios programas de coleta de informações contra seus cidadãos, à semelhança da NSA (FIDLER, 2015).

Ademais, empresas de tecnologia também coletavam inadvertidamente dados de seus usuários. Não apenas a maioria das empresas envolvidas com a NSA e seus programas de vigilância – os já mencionado Yahoo, Facebook, Google e Verizon – como também outras

realizavam a coleta de dados dos usuários para outros fins (LEE, 2021). Em 2018, o Facebook apareceu em mais uma polêmica, onde surgiram alegações de que uma brecha de privacidade na rede social permitia que um aplicativo dirigido pela empresa Cambridge Analítica coletasse dados dos usuários e, com base em seu perfil, direcionasse propaganda política (HINDS, WILLIAMS e JOINSON, 2020).

Por fim, é de se notar que os aparatos de vigilância existiam muito antes dos ataques de 11 de setembro. Apesar de Obama ter vindo a público justificar e defender as tecnologias de vigilância, ele apenas deu continuidade ao que seu antecessor havia começado (MCCRISKEN e PHYTHIAN, 2014).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou entender como as tecnologias de vigilância empregadas pelos Estados Unidos até 2013 foram alvo do vazamento massivo de informações ocorrido naquele ano. A resposta é que elas faziam parte de uma ampla estrutura de vigilância que incluía outros atores, como a NSA, empresas de tecnologia e agências de inteligência estrangeiras, e que, apesar das alegações midiáticas sobre a vigilância contra os cidadãos, tais programas tinham destinação mais voltada ao combate ao terrorismo e outras finalidades.

Nas pesquisas feitas sob as lentes da Teoria Ator-Rede nas RI, a maioria da literatura ainda é muito reticente, tentando mais adequar os conceitos ao campo do que realmente buscar realizar pesquisas, como Andrew Barry (2013), Titus van de Kerke e Constant Hijzen (2021) e William Walter (WALTERS, 2002). Contudo, autores pioneiros da ANT, como Bruno Latour e Michel Callon, frisam que não é necessário seguir um modelo rígido, o que permite que a abordagem ANT se adapte ao campo. Tanto é que neste estudo eu recorro a conceitos não desenvolvidos originalmente pela ANT, mas proposto para se estudar a ANT dentro das RI (situações políticas).

A maioria das pesquisas em ANT são breves e focadas em contextos específicos, possivelmente resultantes de pesquisas maiores em andamento. Isso fica claro na pesquisa de Fernando van der Vlist (2017) e Tiko Iyamu e Sibuela Mgudlwa (2017) e o próprio Michel Callon (1984). Além disso, é comum que pesquisas que partam da abordagem da ANT o façam conjuntamente com outra perspectiva teórica.

A ontologia orientada a objetos e dispositivos é muito promissora em um campo ainda muito formado por visões tradicionais construtivistas e realistas, pautadas pelo indivíduo e pelo Estado. Aqui, ficou evidenciado que tecnologias acabam tendo um papel mais ativo do que o Estado na política internacional, estando além do domínio deste. A tecnologia, em suas múltiplas manifestações, consegue ser uma atuante evidente em diferentes aspectos – governamental, nas políticas de coleta de informações autorizadas pelo governo dos Estados Unidos; diplomático, na coleta de informações de autoridades políticas; estratégico, em operações de combate e prevenção ao terrorismo; e social, no aspecto dos indivíduos que interagem com as tecnologias sem saber dos seus percalços.

A Teoria Ator-Rede também tem grande potencial para pesquisas interdisciplinares. A ênfase buscada aqui é as RI; contudo, pesquisas futuras podem dialogar como áreas como a Ciência da Informação, pautando-se no mesmo objeto.

Por fim, a Teoria Ator-Rede permite evidenciar atores que normalmente não são vistos nas RI. A maioria dos estudos que abordou os vazamentos de Edward Snowden em 2013 pauta-se por questões de legalidade e direitos humanos, de abuso de autoridade estatal e privacidade. Contudo, conforme visto, os vazamentos evidenciaram muito mais do que isso. Evidenciaram que havia muitos atuantes na cadeia de vigilância, que não era simplesmente direcionada a uma finalidade única. O foco nos atuantes – NSA, programas de vigilância e empresas de tecnologia – mostra que as inter-relações entre os atuantes ia muito além do mero domínio estatal.

Assim, a abordagem da Teoria Ator-Rede contribui para uma perspectiva nas RI que permite observar a tecnologia como atuante na política internacional de formas que as perspectivas tradicionais não permitem.

BIBLIOGRAFIA

ABELSON, D. Changing minds, changing course: Obama, think tanks and American foreign policy. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LEDWIDGE, M. **Obama and the world: New directions in US foreign policy**. New York: Routledge, 2014. p. 342.

ACKERMAN, S.; ROBERTS, D. Obama: Snowden leaks caused 'unnecessary damage'. **The Guardian**, 20 dezembro 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/dec/20/obama-snowden-leaks-caused-unnecessary-damage>>.

AID, M. The National Security Agency and the Cold War. **Intelligence & National Security**, 2001. 27-66.

ARNOLD, J. R. **Whistleblowers, leakers, and their networks: From Snowden to Samizdat**. [S.l.]: Rowman & Littlefield, 2020.

ASHBEE, E.; DUMBRELL, J. **The Obama Presidency and the politics of change**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2017.

BARRAGÁN, R. **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación**. La Paz: PIEB, 2008.

BARRY, A. The translation zone: Between actor-network theory and international relations. **Millennium**, 2013. 413-429.

BBC. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC News Brasil**, 20 março 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>>.

BUEGER, C.; GADINGER, F. **International Practice Theory**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2018.

BUEGER, C.; STOCKBRUEGGER, J. Actor-Network Theory: Objects and actants, networks and narratives. In: MCCARTHY, D. R. **Technology and World Politics: An introduction**. [S.l.]: Routledge, 2018.

CALLON, M. Some elements of sociology of translation: domestication of scallops and the fisherman of St Brieuc bay. **The sociological review**, 1984. 196-233.

CITIZENFOUR. Direção: Laura Poitras. [S.l.]: [s.n.]. 2013.

CONSOLIM, M. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: Questões & Debates**, 2010.

COOLE, D. Rethinking Agency: A Phenomenological Approach to Embodiment and Agentic Capacities. **Political Studies**, 2005. 124-142.

COOLE, D.; FROST, S. **New materialisms: Ontology, agency and politics**. [S.l.]: Duke University Press, 2010.

DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, U. Creation of the Department of Homeland Security. **Homeland Security**, 30 Janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.dhs.gov/creation-department-homeland-security>>.

EILPERIN, J. White House spokesman defends collection of phone records. **The Washington Post**, 6 junho 2013. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2013/06/06/white-house-spokesman-defends-wiretapping-program/?wprss=rss_politics>.

ENGSTROM, E. 7. The United States: The Past - moving from diversity to uniform single-member districts. In: COLOMER, J. **Handbook of Electoral System Choice**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2004. p. 578.

EPSTEIN, E. J. **How America Lost its Secrets: Edward Snowden, the man and the theft**. New York: Vintage Books , 2017.

FARIAS, I.; BLOK, A.; ROBERTS, C. Some elements os ANT paradigm(s). In: FARIAS, I.; BLOK, A.; ROBERTS, C. **The Routledge Companion to Actor-Network Theory**. London and New York: Routledge, 2020. p. 1-4.

FIDLER, D. **The Snowden Reader**. Indiana: Indiana University Press, 2015.

FOX, N. J.; ALLDRED, P. **Sociology and the New Materialism: Theory, research, action**. [S.l.]: Sage Publications, 2017.

GELLMAN, B. **Dark mirror: Edward Snowden and the american surveillance state**. New York: Penguin Press, 2020.

GELLMAN, B.; POITRAS, L. U.S., British intelligence mining data from nine U.S. Internet companies in broad secret program. **The Washington Post**, 07 junho 2013. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3a0c0da8-cebf-11e2-8845-d970ccb04497_story.html>.

GREENWALD, G. NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily. **The Guardian**, 06 Junho 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>>.

GREENWALD, G. **Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GREENWALD, G.; MACASKILL, E. NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. **The Guardian**, 07 Junho 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>>.

GREENWALD, G.; MACASKILL, E.; POITRAS, L. Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations. **The Guardian**, 11 junho 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>>.

HAMMOND, A.; ALDRICH, R. Afterword: Securing freedom - Obama, the NSA, and US foreign policy. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LEDWIDGE, M. **Obama and the World: New directions in US foreign policy.** [S.l.]: Routledge, 2014.

HARDING, L. **Os arquivos Snowden: A história secreta do homem mais procurado do mundo.** Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

HINDS, J.; WILLIAMS, E.; JOINSON, A. "It wouldn't happen to me": Privacy concerns and perspectives following the Cambridge Analytica scandal. **International Journal of Human-Computer Studies**, 2020.

HOMMENGA, A. **A new invisible non-human actor is framing politics, but who is it? A Non-Participatory Observational Research of Facebook's Newsfeeds.** [S.l.]: Utrecht University, 2017.

HURST, S. Parties, polarization and US Foreign Policy. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LEDWIDGE, M. **Obama and the World: New directions in US foreign policy.** New York: Routledge, 2014. p. 342.

IYAMU, T.; MGUDLWA, S. Transformation of healthcare big data through the lens of actor network theory. **International Journal of Healthcare Management**, 08 novembro 2017. 182 - 192.

JOHNSON, L. The Spy Power, Technological Innovations, and the Human Dimensions of Intelligence: Recent Presidential Abuse of America's Secret Agencies. **Journal of Intelligence, Conflict, and Warfare**, 2021.

KEELING, D. M.; LEHMAN, M. N. Posthumanism. In: _____ **Oxford research encyclopedia of communication.** [S.l.]: [s.n.], 2018.

KERNELL, S. et al. **The logic of american politics.** [S.l.]: Sage Publishing, 2021.

KWOLFIE, B.; TETTEH, E. D.; COFFIE, C. P. K. Institutional e-learning implementation: An Actor-Network Theory (ANT) Perspective. In: WILLIAMS, I. **Contemporary Applications of Actor Network Theory.** [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2020.

LATOURETTE, B. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory.** [S.l.]: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. On the Social Explanation of Technical Change: The Case of the Portuguese Maritime. **Technology and Culture**, 1987.

LEE, N. **Facebook Nation: Total Information Awareness.** Los Angeles: Springer, 2021.

LEESE, M.; HOIJTINK, M. How (not) to talk about technology: International Relations and the question of agency. In: LEESE, M.; HOIJTINK, M. **Technology and agency in International Relations.** New York: Routledge, 2019. p. 1-23.

MARGULIES, P. Global Cybersecurity, Surveillance, and Privacy: The Obama Administration's Conflicted Legacy. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, 2017.

MAYER, M.; CARPES, M.; KNOBLICH, R. **The Global Politics of Science and Technology**. Berlin: Springer, v. I - Concepts from International Relations and Other Disciplines, 2014.

MCCORMICK, J. American Foreign Policy during the Obama administration: Insights from the public. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LDEWIDGE, M. **Obama and the world: New directions in US foreign policy**. New York: Routledge, 2014. p. 342.

MCCOY, A. Surveillance and Scandal Weapons in an Emerging Array for US Global Power. **Monthly review**, 2014.

MCCRISKEN, T.; PHYTHIAN, M. The offensive turn: US intelligence and the 'war on terror'. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LEDWIDGE, M. **Obama and the World: New Directions in US Foreign Policy**. New York: Routledge, 2014.

MICHAELS, M. **Actor-Network Theory: Trials, Trails and Translations**. [S.l.]: Sage, 2017.

MONAHAN, T. Surveillance and Terrorism. In: BALL, K.; HAGGERTY, K.; LYON, D. **Routledge Handbook of Surveillance Studies**. New York: Routledge, 2012. p. 472.

OMBRES, D. NSA domestic surveillance from the Patriot Act to the Freedom Act: the underlying history, constitutional basis, and the efforts at reform. **Seton Hall Legislative Journal**, 2015.

OMSTED, K. Terror tuesday: How Obama refined Bush's counterterrorism policies. In: ZELIZER, J. **The Presidency of Barack Obama: A first historical assessment**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

PARMAR, I.; MILLER, L.; LADWIDGE, M. **Obama and the World: New Directions in US Foreign Policy**. New York: Routledge, 2014.

POWASKI, R. **Ideals, interests and US Foreign Policy from George H. W. Bush to Donald Trump**. Ashland: Palgrave Macmillan, 2019.

REDDICK, C.; CHATFIELD, A. T.; JARAMILLO, P. Public opinion on National Security Agency surveillance programs: A multi-method approach. **Government Information Quarterly**, 17 March 2015. 13.

RUSHE, D. Yahoo \$250,000 daily fine over NSA data refusal was set to double 'every week'. **The Guardian**, New York, 12 setembro 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/sep/11/yahoo-nsa-lawsuit-documents-fine-user-data-refusal>>.

SNOWDEN, E. **Eterna vigilância: Como montei e desvendei o maior esquema de espionagem do mundo**. São Paulo: Planeta, 2019.

SURI, J. Liberal internationalism, law, and the first african american president. In: ZELIZER, J. **The Presidency of Barack Obama: A first historical assessment**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SYMES, O. **He Was Our Man in Washington: A History of the Obama Years**. [S.l.]: Zero Books, 2021.

TALKS, T. The Snowden files -- the inside story of the world's most wanted man | Luke Harding | TEDxAthens. **YouTube**, 15 dezembro 2014. Disponível em: <https://youtu.be/97MWOERY_dE>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. [S.l.]: Atlas, 1987.

VAN APELDOORN, B.; DE GRAAFF, N. Corporate elite networks and US foreign policy: The revolving door and the open door under Obama. In: PARMAR, I.; MILLER, L.; LEDWIDGE, M. **Obama and the world: New directions in US foreign policy**. New York: Routledge, 2014. p. 342.

VAN DE KERKE, T. W.; HIJZEN, C. W. Secrecy, evidence, and fear: exploring the construction of intelligence power with Actor-Network Theory (ANT). **Intelligence and National Security**, 18 maio 2021.

VAN DER VLIST, F. Counter-mapping surveillance: A critical cartography of mass surveillance technology after Snowden. **Surveillance & Society**, 2017. 137-157.

VIANA VARGAS, E. et al. O debate entre Tarde e Durkheim. **Teoria e Sociedade**, 2014. 28 - 61.

WALKER, P. Bradley Manning trial: what we know from the leaked WikiLeaks documents. **The Guardian**, 30 julho 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jul/30/bradley-manning-wikileaks-revelations>>.

WALTERS, W. The power of inscription: beyond social construction and deconstruction in European integration studies. **Millennium**, 2002. 83 - 108.

WATTS, D. **Dictionary of American Government and Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

WEINSTEIN, D. Snowden and US cyber power. **Georgetown Journal of International Affairs**, 2014.

WILLIAMS, I. The robots are here. In: WILLIAMS, I. **Contemporary Applications of Actor-Network Theory**. New York: Palgrave Macmillan, 2020. p. 51-76.